

A

✓ 1722 32

LEGITIMIDADE PORTUGUEZA

E

O PARECER DO SR. PROCURADOR GERAL DA COROA SOBRE O EMPRESTIMO
DE 1832



Artigos publicados no jornal «A Nação»

Typ. do jornal *A Nação*, Rua do Bemformoso 153

LISBOA

LEGITIMIDADE PORTUGUEZA

LEGITIMIDADE PORTUGUEZA

ESTABELECE O SR. PROPRIETARIO, JERONIMO CORREIA SOARES, O PRECISO
DE 1832

Artigos publicados no Jornal A Voz



Typ. do Jornal A Voz, Rua de B. de S. 133

LISBOA

A LEGITIMIDADE PORTUGUEZA

I

Quantum mutatus ab illo!

No numero 248 do *Diario do Governo* publicou-se o parecer do procurador geral da corôa e fazenda ácerca do que os possuidores de titulos de emprestimo de 1832 publicaram, em defesa do seu direito, em um folheto intitulado *Emprunt Royal de Portugal 1832*.

Todos os nossos leitores devem estar lembrados de que o actual procurador geral da corôa e fazenda se chama João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens.

Isto primeiro que tudo, para que possam melhor avaliar o alcance d'aquelle zelo inexcedivel a favor da dynastia da carta e contra os credores a Portugal pelo emprestimo de 1832.

Não sabemos se terá applicação

para o caso presente o que geral mente se diz do zelo dos apostas; tenha ou não tenha, não nos parece bonita, na bocca do sr. Mártens Ferrão, a denominação de governo intruso, com que logo na primeira linha do seu relatório qualifica o governo do Senhor Dom Miguel!

E' a condemnação do procedimento do seu honrado e respeitavel pae, na linguagem do filho condemnavel por ter tomado parte na *intrusão*, que serviu com a fidelidade propria de um cavalheiro, e que o não fez por ignorancia, pois era um habil jurisconsulto, e occupou distinctos logares na magistratura.

E' a condemnação do proprio sr. Mártens Ferrão, legitimista es turrado, já depois de bacharel pela universidade de Coimbra, e tanto que se recusou a fazer alguns

obsequios de mera cortezia á senhora D. Maria da Gloria, porque não era, dizia elle, a legitima soberana d'estes reinos.

Mas o sr. duque de Saldanha, que, se tinha mão de ferro para esmagar as hydras, a tinha de veludo para acariciar aquelles que se deixavam arrastar, não pelo canto das sereias, mas pelo ouropel de uma posição, e pelo agradável tinir das libras, de tal arte acariciou o sr. Mártens Ferrão que de um acerrimo legitimista ó metamorphoseou em um zeloso defensor da dynastia da carta.

Parece-nos estar no caso d'aquelles que as sagradas letras condemnam:—*quia mutaverunt jus*.

Nós lastimamos sinceramente os homêns que estão n'este caso; não lhes temos aversão, inspiram-nos apenas dó. E tanto que nunca fallamos na sua fragilidade ou na sua aberração, senão quando elles, como o sr. procurador geral da corôa e fazenda, nos provocam a isso.

Não custaria tanto trabalho ao sr. Mártens Ferrão antigamente demonstrar a legitimidade do Senhor Dom Miguel, como hoje lhe custa demonstrar a sua illegitimidade; em todo o caso, isto, se não abona muito o character politico do individuo, dá prova da sua habilitade, pois defende o pró e o contra, segundo lhe convém.

Nós não pretendemos de sorte alguma atacar a jurisprudencia do sr. Mártens Ferrão, jurisconsulto abalisado, e como tal desempenhando um alto cargo na magistratura do paiz; mas, para nos esclarecer, pediríamos a s. ex.^a nos resolvesse algumas duvidas.

Cita o sr. Mártens Ferrão a carta patente do Senhor Dom João VI de 13 de maio de 1825, ba-

seando n'ella a legitimidade do sr. D. Pedro. Muito bem; mas digamos s. ex.^a, podia El-Rei por uma carta patente derogar as leis constitutivas do reino? Nós cremos que não, e, sendo assim, parece-nos que o meritissimo procurador geral da corôa e fazenda deveria ir buscar fundamento para a legitimidade do sr. D. Pedro ás côrtes de Lamego, e se, para andar á moda, quizesse tambem negar a authenticidade d'estas côrtes, deveria então recorrer ás côrtes de Coimbra, ou ás de Lisboa de 1641.

Julgamos que o sr. Mártens Ferrão, nem ainda nos tempos em que andava por cá, seria tão absolutista que dêsse mais valor ao decreto de um soberano do que aos assentos das côrtes. Talvez que sua ex.^a, fazendo côro com os seus novos correligionarios politicos, nos alcunhe de absolutistas; pois, á fé de quem somos, declaramos-lhe mui cathegoricamente que, por mais respeito que tributemos ao rei, não queremos que a sua vontade seja superior á lei.

Dá-nos s. ex.^a uma novidade que nos deu muito trabalho, diz-nos que, pelo tratado de 29 de agosto de 1825, foi formalmente resalvado o direito de successão do reino no filho mais velho do soberano.

Não tínhamos nenhuma idéa de que n'aquelle tractado houvesse tal resalva; mas sendo dito por auctoridade tão competente, chegámos a desconfiar da nossa memoria, e fomos examinar o tractado.

Lemos, tornámos a ler; limpámos os olhos, desconfiando da nossa propria vista, fizemos terceira leitura e não foi possivel encontrar aquella resalva. Fechámos o livro

repetindo aquelle tão conhecido:
Voilà com' on écrit l'histoire.

E ainda assim, permitta-nos s. ex.^a que lhe digamos, no nosso entender, quando se assignou o tractado de 29 de agosto de 1825, já o sr. D. Pedro pelas leis feitas em côrtes tinha perdido o direito á successão no throno de Portugal; e por isso, ainda que apparecesse no tractado a resalva que s. ex.^a cita, em nada infirmava ella o direito d'aquelle que devia ser chamado ao throno, dada a impossibilidade legal do sr. D. Pedro.

Depois falla-nos no decreto real de 6 de março, que creou a regencia. A este respeito, invocando os direitos de antiga camaradagem, vamos fazer um pedido ao sr. Martens Ferrão, e esperamos da conhecida cortezia de s. ex.^a ser attendidos:—diga-nos: já viu o autographo, tão essencial, do tal decreto de 6 de março de 1826, que estabeleceu a regencia? Onde existe esse autographo?

Depois escreve: «D'este direito de successão não houve cedencia..... e em virtude d'aquelle direito succedeu o senhor D. Pedro IV.»

Nós também dizemos que não houve cedencia, e por uma razão muito simples: *Nemo dat quod non habet.*

Emquanto ao senhor D. Pedro IV, temos apenas uma duvida; não sabemos em que epocha o senhor D. Pedro foi IV.

Antes de 10 de março de 1826 não o podia ser, porque havia João VI, depois de 29 de agosto de 1825 não o podia ser, porque era brasileiro.

Mas, vae-se tornando muito extenso este artigo, e por isso pômos ponto, tendo de voltar ao assumpto.

N'este interessante documento ha duas partes, ou antes, dois direitos que s. ex.^a sustenta, com egual habilidade: o direito do imperador do Brazil á corôa de Portugal, e o direito que o governo de Portugal tem de não pagar um emprestimo que foi feito a Portugal.

No artigo precedente, sem duvidarmos da força da argumentação de sua ex.^a, offerecemos-lhe algumas duvidas unicamente para nos esclarecermos, e sua ex.^a permittirá que continuemos.

No empenho que tem de mostrar a legitimidade da dynastia da carta, cremos que lhe prestamos um importante serviço, apontando-lhe algumas duvidas que temos, e que s. ex.^a também já teve, mas de que hoje de certo se não lembra, para as desfazer com a lucidez que lhe é peculiar e como o pode fazer quem conhece tão bem o nosso direito patrio.

Diz o sr. Martens Ferrão: «Em complemento, pois, d'aquelle decreto, a regencia foi confirmada pelo successor do reino, por decreto de 26 de abril, mandando que o poder da regencia durasse até á installação da nova regencia, que segundo a carta constitucional da monarchia portugueza, que ia outorgar e effectivamente outorgou em 29 de abril do mesmo anno, deveria governar o reino.»

Este periodo ou pillula, não é tão facil de engolir como se affigura ao sr. Martens Ferrão. Baseia-se no decreto de 6 de março de 1826; ora, como ha quem duvide da verdade d'este decreto, em quanto s. ex.^a não descobrir o autographo, como lhe pedimos no

nosso primeiro artigo, não tem grande força a argumentação. Sua ex.^a ha-de talvez estar lembrado de que se dizia que no dia 6 de março de 1826 já não existia o Senhor Dom João VI, mas como S. M. morreu oficialmente a 10 de março, este dito nada vale, e apontamolo apenas para ficar registado o boato que então correu.

Mas, para não embarçarmos mais o sr. Martens Ferrão, supponhamos que existiu o tal decreto de 6 de março, e que não são apocryphas as copias que d'elle se mandaram a todas as repartições, a que a lei ou o uso ordena se enviem copias de semelhantes documentos.

Quid inde? Como se atreve o sr. conselheiro, procurador geral da corôa e fazenda, a dizer que n'aquelle decreto se *manteve o direito do sr. D. Pedro?*

Valha-nos Deus! o sr. Martens Ferrão não é capaz de citar falsamente um documento; mas, pela pressa com que escreveu, ou pelo seu zelo dynastico, viu nos documentos que cita coisas que lá não estão! Affiançou que no tractado de 29 de agosto de 1825 fôra formalmente resalvado o direito de successão do reino no filho mais velho do soberano, quando n'aquelle tractado não ha uma unica palavra a similhante respeito; diz-nos depois que no decreto real de 6 de março se manteve aquelle direito!

Sabiamos não ser exacto o que affirma o sr. Martens Ferrão; mas mais escrupulosos em citações do que s. ex.^a, lá fômos novamente á estante, para verificar de que lado estava a razão.

Lemos, tornámos a ler, limpámos os oculos, emfim seguimos to-

do o processo que tínhamos seguido quando fomos examinar o tractado de 29 de agosto de 1825, e colhemos o mesmo resultado!!!

Sua ex.^a enganou-se redondamente, quando affirmou que n'aquelle decreto se manteve o direito de successão na pessoa do sr. D. Pedro! Nem uma palavra ha ali a similhante respeito!

O decreto de 6 de março cria a regencia, designa as pessoas que a devem compôr, e acrescenta que a regencia funcçionará *em quanto o legitimo herdeiro e successor d'esta corôa não der as suas providencias a este respeito.* Mas não diz, nem dá a 'entender quem seja o legitimo herdeiro. E, desde que se suscitasse duvida, não podia esta ser resolvida pelo sr. D. Pedro, nem pelo sr. Francisco Gomes da Silva, como o não podia ser nem pelo sr. Martens Ferrão, nem por nós; havia, como s. ex.^a sabe muito bem, um tribunal competente para decidir taes duvidas: este tribunal chamava-se *Os tres estados da nação.*

Parece-nos, pois, que o decreto de 6 de março, ainda suppondo que o sr. Martens Ferrão tem a habilidade de descobrir o autographo, deve ser posto de parte n'esta questão, porque em nada a esclarece, nem dá direito a nenhuma das partes.

Passemos, pois, a examinar o valor do decreto do sr. D. Pedro, datado de 26 de abril.

Contra este segundo decreto, argumenta-se com mais facilidade do que contra o primeiro, porque n'este tempo já o sr. D. Pedro era imperador do Brazil, e, como tal, estrangeiro, e não nos parece que um estrangeiro, embora seja imperador, possa dispor da regencia

de Portugal. E' um ponto que o sr. procurador geral da corôa deve esclarecer; e, se o conseguir, destruirá aquelle antigo axioma *simul esse et non esse, non potest esse*; porque mostrará como o sr. D. Pedro, ao mesmo tempo, era e não era brasileiro.

Além de que, para a decisão da questão da legitimidade, não sabemos que validade possam ter os decretos do sr. D. Pedro, por isso que ninguem pôde ser juiz em causa propria.

Parece-nos que no empenho em que o sr. procurador geral da corôa e fazenda está de demonstrar a legitimidade do sr. D. Pedro, deve recorrer a outros meios; porque, desde que estabeleça que se pôde argumentar a favor da legitimidade de um soberano com os seus proprios decretos, é claro que não faltariam titulos que pudessem legitimar os Filippes, e até o proprio Napoleão, cujos decretos a seu favor, e contra a Serenissima Casa de Bragança, ainda ahi correm impressos.

Mas, valha-nos Deus! ainda fica para responder a maior parte do famoso parecer do sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda; esperamos, comtudo, que Deus nos dará vida e saude para o fazer.

III

Nos dois artigos precedentes, emprazámos o sr. Martens Ferrão para provar, com os documentos á vista, a verdade da sua argumentação, tanto pelo que diz respeito ao decreto de 6 de março de 1826, como ao decreto de 29 de agosto de 1825.

E, como já citassemos as unicas palavras d'aquelle decreto que se

referem ao *successor*, justo é que citeamos tambem as do tratado, para que, á vista de umas e outras, o leitor avalie o valor da argumentação do sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, para sustentar a legitimidade da dynastia da carta:

«Tratado concluido a 29 d'agosto de 1825, entre S. M. I. e S. M. F., relativo ao reconhecimento do imperador do Brazil.

«Art. 1.º Sua Magestade Fidelissima reconhece o Brazil na categoria de imperio independente e separado dos reinos de Portugal e Algarves, e a seu sobre todos muito amado e prezado filho, Dom Pedro, por imperador, cedendo e transferindo de sua livre vontade a soberania do dito imperio *ao mesmo seu filho e a seus legitimos successores*.

«Sua Magestade Fidelissima toma sómente, e *reserva para a sua pessoa o mesmo titulo*.

«Art. 2.º Sua Magestade Imperial, em reconhecimento de respeito e amor a Seu Augusto Pae, o Senhor Dom João VI, annue a que Sua Magestade Fidelissima *tome para a sua pessoa o titulo de Imperador*.»

Que encontrará aqui o sr. Martens Ferrão que resalve o direito da successão do reino no filho mais velho do soberano? Custa a crer como em um documento official, e em um documento para regular uma questão, que, se não é internacional, pôde tomar esse character, haja tanta leviandade na citação de provas!

Embora aquelle tratado nada statúa de positivo em relação ao successor do Senhor Dom João VI no reino de Portugal, ha comtudo ali mais do que um logar que se

póde interpretar contra o sr. Dom Pedro.

Aquella cautela com que no art. 1.º e 2.º se declara que o titulo de imperador é só para a pessoa do Senhor Dom João VI, o que equivale a dizer que acaba com elle, ou que não fica annexo ao titulo de rei de Portugal, dá bem a entender que a mente das altas partes contratantes era que a separação continuaria depois da morte d'aquelle monarcha, ou que a corôa de Portugal não passaria para o sr. Dom Pedro; aliás tornava-se ociosa aquella declaração.

Não nos parece muito forçada esta interpretação, e mais explicita nos parece ainda a letra do primeiro artigo, declarando o imperio do Brazil separado do reino de Portugal e Algarves, e cedendo o Senhor D. João VI a soberania d'elle ao sr. D. Pedro e *seus descendentes*. Aqui, viu o sr. procurador geral da corôa e fazenda resalvado o direito do sr. D. Pedro ao throno de Portugal; nós vemos o contrario, vemos a declaração formal, feita pelo Senhor D. João VI, de que o sr. D. Pedro e seus descendentes ficam separados de Portugal conjuntamente com o Brazil.

Talvez nós estejamos em erro, e seja melhor do que a nossa a interpretação de s. ex.ª;—o leitor decidirá.

Ha o testemunho de um homem competentissimo e insuspeito, que embora se não atreva a dar ás palavras do art. 1.º e 2.º do tratado de 29 de agosto a interpretação que nós lhes damos, diz, todavia, o opposto do que affirma o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda. Este homem é o sr. duque de Palmella.

Foi o sr. duque um jurado ini-

migo do Senhor Dom Miguel, empregando sempre, e em toda a parte, a sua habilidade e valimento contra aquelle Augusto Senhor. E porque via que no tratado da separação do Brazil não ha uma unica palavra a favor dos direitos do sr. D. Pedro ao throno de Portugal, e, pelo contrario, se podiam d'elle deduzir argumentos contra, tratou, abusando talvez do estado em que já estava o Senhor D. João VI, de indispor a Inglaterra contra o Senhor Dom Miguel, procurando que se remediasse esta falta, que no entender de s. ex.ª se cometera n'aquelle tratado.

O sr. Martens Ferrão tão conhecido dos documentos que podem interessar á questão de que tratamos, ha-de inquestionavelmente ter lido mais de uma vez a nota dirigida por Palmella a Canning, em 7 de dezembro de 1825. Aquella nota, na nossa opinião, é uma vergonha, rebaixa Portugal o mais possivel, pondo a successão ao throno d'este reino dependente do ministro inglez; mas não vem para aqui analysal-a sob este ponto de vista, e por isso limitar-nos-hemos a citar as palavras do então Marquez de Palmella, que provam que o sr. Martens Ferrão ou não tinha lido o tratado de 29 d'agosto, ou foi pouco escrupuloso quando asseverou que aquelle resalvava os direitos do sr. D. Pedro ao throno de Portugal.

Por ser muito extensa, não transcrevemos aquella nota na sua integra, limitando-nos a copiar as seguintes linhas:

«E' fóra de toda a duvida, que o silencio observado no tratado de 29 de agosto relativamente á successão de Portugal...» Já se vê que o Marquez de Palmella leu

melhor o tratado de que o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda; em lugar de encontrar n'elle resalvado o direito de successão do reino no filho mais velho do soberano, só notou absoluto silencio a este respeito!!

Que responderá a isto o sr. Martens Ferrão? Nada, e quando outra vez tenha necessidade de falar da legitimidade do sr. D. Pedro, cita outros documentos quaesquer, com a mesma semcerimonia com que citou estes.

Não nos parece necessario dizer mais sobre os documentos, em que o sr. Martens Ferrão baseia a legitimidade do sr. D. Pedro; o que temos dito destroe completamente a argumentação de s. ex.^a; todavia não pararemos aqui, iremos continuando a analysar periodo por periodo o famoso parecer do meritissimo procurador geral da corôa e fazenda.

IV

Temos até aqui visto como o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda defende, no parecer que deu ácerca do emprestimo portuguez de 1832, os direitos do primeiro imperador do Brazil ao throno de Portugal; vejamos agora como o sr. João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens impugna esses direitos.

Aqui não poderemos citar as palavras textuaes de sua ex.^a; citaremos, todavia, alguns dos principios que a collectividade legitimista, de que s. ex.^a se honrava de fazer parte, sustentava:

O principe é sujeito ao principio que lhe deu a soberania, isto é, ao principio pelo qual é soberano, e sem o qual o não seria.

Ora, desde que o sr. D. Pedro, filho mais velho do Senhor D. João VI, foi declarado imperador do Brazil pelo tratado de 29 de agosto de 1825, tratado que elle acceitou, e em virtude do qual foi reconhecido por toda a Europa imperador do Brazil, ficou sujeito ás prescripções d'esse tratado, nem tinha poder fóra da orbita, que elle lhe traçava, pois todo o poder, que se não baseia no direito, não impõe o dever da obediencia, porque não é exercicio da auctoridade, é tyrannia.

O tratado de 29 de agosto de 1825 não separou de Portugal só uma porção de terreno, separou tambem uma porção de cidadãos, que desde esse momento deixaram de ser portuguezes, porque passaram a ser brasileiros, e d'esses cidadãos os dois principaes que, se se póde empregar a phrase, ficaram ainda mais brasileiros que os outros, foram o sr. D. Pedro, declarado *imperador do Brazil*, e a sr.^a D. Maria da Gloria declarada *princeza do Grã-Pará*.

Estes principios que pareciam incontestaveis ao sr. Mártens Ferrão, e que ainda parecem incontestaveis a muitas pessoas, fazem-nos conceber muitas duvidas, que o sr. Mártens Ferrão provavelmente resolveu, não lhe sendo por isso difficil esclarecer-nos.

Nós sabemos que se podem perder os fóros de cidadão portuguez, ou por se commetter algum dos crimes a que a lei impõe essa pena, ou por se adoptar uma outra nacionalidade, como o sr. D. Pedro e sua augusta filha adoptaram em virtude do tratado de 29 de agosto e da constituição do imperio; mas não sabemos como se póde tornar a ser portuguez, sem uma senten-

ça ou graça que novamente conceda os fóros perdidos.

Existe, por ventura, algum documento que prove que aquelles dois augustos senhores tornaram a ser legalmente admittidos na nacionalidade portugueza?

Já o dissemos, e novamente repetimos, todas as questões que offerecemos sobre este ponto teem unicamente por fim esclarecer-nos, e ninguém o póde fazer melhor que o sr. Mártens Ferrão pelos seus incontestaveis conhecimentos juridicos e pelo muito que tem estudado esta especialidade.

Assentado isto, perguntamos: Com que auctoridade deu o sr. D. Pedro a carta constitucional?

Como imperador do Brazil não a podia dar, e a lei não lhe reconhecia outro titulo, depois do tractado da separação.

Vem aqui a proposito analysar a propriedade dos termos.

Falla-se na outorga da carta, e até officialmente se festeja o seu anniversario. A carta constitucional não foi outorgada, foi imposta ao paiz.

Talvez o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, por se entregar mais ao estudo do direito que ao da historia, não saiba que, quando chegou a Lisboa o mimoso presente do imperador do Brazil, governava as armas e partido do Porto João Carlos de Saldanha, o qual informado da opposição que em Lisboa se manifestava á carta, intimou ao governo a immediata acceitação, sob pena de marchar á frente de seis mil homens sobre a capital para a fazer jurar.

E porque são factos muito antigos, ignorará tambem que uma parte do exercito e muitos cida-

dãos preferiram emigrar para Hespanha, a receberem a lei que lhes impunha, no dizer d'elles, um soberano estrangeiro.

E que desde então começou o povo, aqui e alli, a levantar-se contra a carta, proclamando como seu Rei legitimo e natural o Senhor Dom Miguel.

O que forçou a regencia a recorrer á Inglaterra, pedindo-lhe para vir sustentar em Portugal a nova ordem de coisas, e esta potencia, que não perde occasião de affirmar a sua influencia em Portugal, ou antes de exercer a sua pressão sobre este paiz, accedeu a mandar para aqui uma divisão de seis mil homens, commandados pelo general Clington, para nos obrigar a acceitar as dadas do imperador, que, no excesso da sua generosidade, e como complemento do seu amor a Portugal e aos portuguezes, de que acabava de dar tantas provas, nos mandou a carta, e com ella sua filha a augusta princeza do Grã-Pará.

Estes ligeiros apontamentos são apenas para lembrar ou fazer conhecer ao sr. Mártens Ferrão que a carta foi imposta, pois em geral encontrou um adversario em cada portuguez, como melhor se viu depois na guerra de 1832 a 1834. E para apresentarmos mais uma prova, citaremos um facto, já dos dias do sr. conselheiro; a guerra de 46 e 47, conhecida com o nome de Maria da Fonte. Sua ex.^a ha-de estar lembrado do enthusiasmo com que NÓS TODOS apoiavamos aquelle movimento popular contra as dadas do imperador do Brazil.

Mas, ainda quando o sr. Mártens Ferrão chegue a convencer-nos, o que lhe não será talvez muito difficil, de que por morte do Senhor

D. João VI o throno portuguez passou para o imperador do Brazil, restam-nos, todavia, muitas duvidas sobre a legalidade da carta: diz ella:

«D. Pedro, por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves, faço saber a todos os meus subditos portuguezes que sou servido decretar, dar e mandar jurar immediatamente pelas tres Ordens do Estado a carta constitucional abaixo transcripta, a qual d'ora em diante regerá estes meus reinos e dominios, e que é do theor seguinte, etc.»

Se o tratado de 29 de agosto não tivera com as terras de Santa Cruz separado de Portugal o sr. D. Pedro, nem assim nos parece que tinha direito para nos impôr a carta constitucional, pelo principio que estabelecemos acima:—O principe é sujeito ao principio que lhe deu a soberania, e ainda por outro principio que, nos parece, o sr. Martens Ferrão não desconhecera, apesar de ser procurador geral da cora e fazenda:—O pacto social não pôde ser alterado senão por accordo das partes pactuantes.

Mas, ainda quando fosse possível desconhecer ou pôr de parte todos estes principios, para justificar a absoluta repugnancia que o paiz oppôz á carta e ao *dador*, bastaria o decreto que a precede.

Para quem escreveria o sr. D. Pedro? Para portuguezes? *Nós liberi sumus*, disseram os nossos maiores, quando constituíram o reino, impondo-nos, sob anathema, a obrigação de respeitar a dignidade inherente a este principio.

O principe natural, quando o direito lhe franqueou o throno, não fallou esta linguagem, só propria do conquistador; e se a fallasse, dis-

pensava-nos da obediencia, por não estar no exercicio da auctoridade.

O Senhor D. Affonso Henriques, já depois de acclamado rei no campo de Ourique, reunindo os prelados, a nobreza e os procuradores do povo, lhes fez perguntar: *Que reis que D. Affonso seja vosso rei?* E como a resposta fosse unanimemente affirmativa, recebida a corôa das mãos do arcebispo de Braga, lhes disse: *Eu sou pois o vosso rei; e porque sou tal, façamos leis, pelas quaes se governe em paz nossa terra.*

Assim se fallava n'aquelles tempos de obscurantismo, quando o rei se reconhecia inferior á lei, e quando os povos sabiam pelo seu rei derramar o sangue, sem abdicar a dignidade.

Povos e rei constituíam uma familia, respeitando os reciprocos direitos. Não tinham ainda sido *illuminados* pelas luzes do seculo, viviam *às escuras*, á sombra do Evangelho.

V

Para justificar a razão, com que o sr. Martens Ferrão e os seus antigos correligionarios se oppunham á carta, não necessitámos analysal-a; bastou-nos apresentar as duvidas que tínhamos ácerca da auctoridade do *dador*, e quanto repugnava á dignidade de homens livres o modo como ella nos foi imposta.

Em quanto á auctoridade do *dador*, não ficaram destruidas as nossas duvidas com os documentos em que o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda baseia a legitimidade do sr. D. Pedro, por isso que, como já vimos, no decreto de 6 de março de 1826 não ha uma palavra a favor dos

direitos do sr. D. Pedro, e do tratado de separação podem tirar-se graves argumentos contra a sua legitimidade, dada a hypothese d'ella poder subsistir depois da separação.

E agora nos occorre uma outra duvida: «Pelo facto da separação, diz o sr. conselheiro, não perdeu o sr. D. Pedro os direitos que tinha em Portugal.» A isto objectaria antigamente o sr. Martens Ferrão:—sendo assim, os outros portuguezes que, conjunctamente com o sr. D. Pedro e sua augusta filha, se separaram de nós, não perderam os direitos que aqui tinham.

E se o sr. D. Pedro, quando lhe conveiu, pôde exercer os direitos que tinha antes da separação, não sabemos por que os outros brazileiros, que eram portuguezes, não hão-de poder exercer, cada um na sua esphera, os direitos que tinham em Portugal, e que, pela doutrina do sr. conselheiro procurador geral da corôa, não perderam pelo facto da separação. Quem lhes pode prohibir, á vista d'esta doutrina, virem tomar assento nas camaras, se forem eleitos? Quem lhes pode prohibir tomarem conta das pastas, se o chefe do estado os nomear ministros? Não nos parece admissivel que se conserve o direito para o mais, e se perca para o menos.

Accresce que, além do tratado de 29 de agosto ter estabelecido para o sr. D. Pedro e sua augusta filha a mesma inhabilidade para exercicio de direitos politicos em Portugal, que estabeleceu para todos os outros portuguezes que com elle se separaram d'este paiz, o sr. D. Pedro affirmou mais essa separação pelas suas declarações

e juramentos, anteriores e posteriores ao tratado, e pelos seus actos.

São bem conhecidas as cartas que elle escreveu ao seu augusto pae, em 15 de dezembro de 1821, 23 de janeiro, 12 de fevereiro, 19 de junho, 20 de julho, 4 de agosto de 1822, em que dava ás côrtes portuguezas os mais lisongeiros epithetos: *congresso faccioso, horriavel, pestilente e traidor*.

D. Pedro tinha se mostrado entusiasta pelo movimento revolucionario de Portugal em 1820, depois tratava assim as côrtes, por que estas, avaliando os seus actos, facilmente previram aonde elle caminhava, e como quizessem obstar á separação do Brazil, votaram que o principe fosse chamado ao reino. Por essa occasião não faltaram deputados que fizessem o retrato do principe, em pleno parlamento.

Mas, era já tarde! D. Pedro resistiu, declarou a seu pae que de Portugal nada queria, e, fazendo-se acclamar defensor perpetuo do Brazil e seu imperador, filho desobediente e vassallo rebelde, declara guerra a seu augusto pae e rei, declara guerra á nação portugueza.

Se os actos que então praticou lhe fizeram, na opinião de abalisados jurisconsultos, perder o direito á successão do reino, impuzeram, na opinião geral, á dignidade da nação portugueza o dever de o considerar fôra do gremio portuguez, e como tal incapaz de succeder no throno.

Mas, talvez tenhamos, mais adiante, de dar maior desenvolvimento a este ponto; agora limitamo-nos a tocá-lo, unicamente para lembrar ao sr. Martens Ferrão como s. ex.^a outr'ora tiraria d'aqui argumento

Contra o direito do sr. D. Pedro a succeder no reino por morte de seu augusto pae.

Depois de fallar da regencia creada pelo decreto de 6 de março de 1826, cujo autographo estamos esperando que s. ex.^a nos faça conhecer, falla o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda na regencia exercida pelo proprio sr. D. Pedro, e por auctoridade propria, e diz-nos:

«Mais tarde, por direito proprio, elle assumiu a faculdade de crear a regencia em nome da rainha sem dependencia de investidura então por outro poder, por não poder ser convocado.»

Aqui confessa o sr. conselheiro que o direito publico portuguez exige que as regencias, para exercerem poderes magestáticos, sejam reconhecidas e auctorisadas pelos Tres Estados do Reino.

E, como seja moda taxar de absolutos e até despoticos os governos legitimos, para dar os foros de governos livres aos filhos da revolução, citaremos aqui o que aconteceu por morte d'el-rei o senhor. D. Duarte. Nomeou em seu testamento a rainha, a senhora D. Leonor, regente do reino e tutora de seu filho o senhor. D. Affonso V, os Tres Estados do Reino não approvam aquella regencia, e em logar da rainha nomearam regente o infante D. Pedro, duque de Coimbra e tio de el-rei. E, como o sr. conselheiro sabe, havia uma grande differença, isto é, se se pudesse dispensar a approvação dos Tres Estados em algum caso seria n'aquelle; porque o senhor D. Affonso não só não tinha quem lhe disputasse o throno, mas tinha sido jurado em cortes principe herdeiro, e rei por morte de seu pae. E nem

se limitavam aquellas côrtes, as de 1439, a annullar a disposição do testamento do senhor D. Duarte, fizeram mais, declararam que o rei não podia nomear regente, nem deixar regedor do reino á sua vontade.

Isto fazia-se no tempo do absolutismo; agora no tempo da liberdade, é nomeada uma regencia por um decreto, cujo autographo não apparece, e confirmada essa regencia por um principe que se diz herdeiro do reino, mas cujo direito lhe é contestado, e isto tudo sem ouvir os Estados do reino, e por consequencia contra as leis fundamentaes do paiz. E não contente com isto, o sr. D. Pedro declara-se regente, *sem dependencia de investidura dada por outro poder por não poder ser convocado.*

Esta desculpa que o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda dá á regencia do sr. D. Pedro, é a condemnacão da regencia creada por decreto de 6 de março de 1826, que preparou o terreno para a invasão do dia 8 de julho de 1832.

E n'este ponto tem o sr. conselheiro razão: o sr. D. Pedro não podia, nem necessitava convocar os Tres Estados, para darem á sua regencia a auctoridade legal; tambem Napoleão os não convocou quando veio *assegurar a felicidade futura de Portugal*, por via de Junot. Os conquistadores não se prendem com essas ninharias, to-mam posse dos paizes conquistados e, se são tão generosos como o sr. D. Pedro e Napoleão, até o *Algarve e Beira Alta terão tambem um dia o seu Camões.*

VI

Chegámos ao ponto, em que

mais necessitamos que o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda nos esclareça algumas duvidas importantes.

Folheando a carta com magistral destreza, encontra sua ex.^a n'ella fundamento bastante, para concluir:—Portugal não deve pagar o empréstimo que lhe fizeram em 1832; porque aquelle codigo dá inquestionavelmente o throno á sr.^a D. Maria da Gloria, e, sendo assim, o Senhor Dom Miguel não tinha direito a fazer empréstimos, e a ausencia d'esse direito tira-nos a obrigação do pagamento.

A este respeito tinha, em outros tempos, algumas duvidas o sr. Martens Ferrão, que ficarão resolvidas quando o sr. conselheiro responder aos dois quesitos seguintes:

Era portuguez o sr. D. Pedro em 29 de abril de 1826?

E, quando o fosse, tinha direito para derogar a constituição da monarchia, substituindo-a pela carta?

Apresentámos já os fundamentos que teem os antigos correligionarios do sr. Martens Ferrão para sustentarem que, pelo tractado de 29 de agosto de 1825, o sr. D. Pedro e todos os seus descendentes perderam a nacionalidade portugueza, e, como o mesmo tractado implicitamente determina que Portugal fica para sempre separado do Brazil, apresentaremos agora os principios pelos quaes sua ex.^a, quando estava cá, sustentava que já antes do tractado de 29 de agosto o sr. D. Pedro se tinha inhabilitado para poder succeder no throno de Portugal.

E como s. ex.^a é tão prodigo na citação de artigos da carta de 26, para provar a legitimidade da sr.^a D. Maria da Gloria, tambem não seremos mesquinhos em citar arti-

gos da lei fundamental do Brazil, a carta de 1823, que nos levam a duvidar da nacionalidade portugueza do sr. D. Pedro e sua filha desde aquella data. No artigo 1.^o estabelece a separação *para sempre* dos dois paizes, e pelos artigos 4, 6, 46, 103, 104, 105, 116, 117, 118 e 119 da mesma carta de 1823, naturalisa-se a si e a seus filhos como cidadãos brasileiros e como principes do Brazil, obrigando-se especialmente nos artigos 104 e 116 a ficar no Brazil. E' tambem anterior ao tractado de separação a carta que em 15 de julho de 1824 escreveu a seu Pae e Rei, o Senhor Dom João VI, declarando-lhe espontaneamente que nada queria de Portugal, pois era incompativel com os interesses do Brazil o ser rei de Portugal.

Mas mais do que esta declaração do principe valem as leis fundametaes de Portugal, se acaso não estamos enganados, podendo-nos, melhor que ninguem, tirar d'este erro o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, razão porque de preferencia consultamos a s. ex.^a

Não consentem aquellas leis que a corôa portugueza vá para principe estrangeiro, sendo bem explicitas a este respeito as côrtes de Lamego de 1143, as de Coimbra de 1385, as de Almeirim de 1580 e as de Lisboa de 1641.

Esta tão explicita exigencia das nossas côrtes era, na pessoa do sr. D. Pedro, aggravada ainda pela impossibilidade de residir em Portugal, exigencia tambem muito formal e que as côrtes em caso algum dispensavam. E ainda quando as côrtes a não tivessem estabelecido, nem por isso nós a poderíamos admittir porque repugna-

va á nossa dignidade nacional, vir-nos a lei de um paiz estrangeiro, feita por um sr. Francisco Gomes da Silva que não era portuguez, e registrada em um livro, a que aquelle documento chama competente, mas que é estrangeiro, por ser do imperio do Brazil.

Os fundamentos com que, por morte de el-rei D. Fernando, foi excluida de succeder no throno de Portugal, a Senhora D. Beatriz, excluiam, segundo nos parece, o sr. D. Pedro. Aquella senhora nasceu em Portugal, era filha primogenita e unica do monarcha antecedente, mas tinha adoptado uma outra nacionalidade, era estrangeira e por isso foi excluida da successão.

Além disso a carta patente de mil seis centos e quarenta e dois determina que *o mais velho dos filhos varões, quando o rei possuir-se dois distinctos senhorios, succedesse no maior, e o menor coubesse ao segundo*. Ora foi este exactamente o caso que se deu: depois de elevado o Brazil á cathegoria de reino, o Senhor Dom João VI possuiu dois senhorios distinctos, e separando-se elles na sua vida, foi, em conformidade com aquella carta patente, o filho mais velho governar o reino maior, e ficou em Portugal o filho segundo.

Ha tambem outros pontos sobre que o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda nos poderia elucidar.

Aquelle que attenta contra a integridade da monarchia, perderá *ipso facto* o direito ao throno?

O filho rebelde que ousa levantar armas contra seu pae e rei, prejudicará por esse facto os seus direitos ao throno?

O portuguez que faz guerra a

Portugal, que arma contra elle navios de corso, que aprisiona os filhos d'esta terra, e só pelo crime de serem portuguezes os manda chibatar; o portuguez, dizemos nós, que commette todos estes crimes, não prejudicará os seus fóros de cidadão portuguez?

Mas não insistiremos n'este ponto, assim como não recordaremos ao sr. conselheiro o que o sr. D. Pedro nas suas cartas dizia a seu Augusto Pae, nem o que d'elle disseram os deputados em 1822. São documentos que correm impressos, e que s. ex.^a naturalmente encontrará ainda nos seus papéis antigos.

Em quanto á segunda pergunta: Tinha o sr. D. Pedro direito para derogar a constituição da monarchia, substituindo-a pela carta? Parece-nos que fica prejudicada pelo que temos escripto, todavia para mais esclarecermos a questão, reservamos esse ponto para um outro artigo.

VII

Julgou o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda que o exercicio do seu cargo lhe impunha o dever de aconselhar ao governo que não pagasse a divida, proveniente do emprestimo portuguez de 1832. Eque, para fundamentar o seu parecer, lhe bastava provar a legitimidade do sr. D. Pedro, como rei de Portugal.

Não é facil o empenho, e tanto que os defensores da legitimidade da sr.^a D. Maria da Gloria teem, em geral, querido sustentar que o throno, ou o direito de o occupar, passara directamente do Senhor D. João VI para esta senhora. Mas, ou por conhecer o absurdo

d'esta theoria, ou por que as em-
prezas difficeis sejam proprias do
genio de s. ex.^a, o sr. conselheiro
quer sustentar que aquella sr.^a
recebera de seu pae o direito de
vir governar esta *colonia brazilei-
ra*.

E', porém, muito para notar
que a não ser o decreto de 6 de
março, e o tractado de separação,
que é, como mostrámos, contrapro-
ducente, todos os documentos, que
s. ex.^a cita, emanam do imperador
do Brazil.

Depois do que temos escripto,
estavamos dispensados de apreciar
a carta; mas como promettemos ir
seguindo, periodo por periodo, o pa-
recer d'aquelle magistrado, vamos
ver o valor que tem as seguintes
linhas, com que s. ex.^a julgou
aterrar os possuidores dos titulos
do emprestimo de 1832.

«Na carta constitucional, con-
stituição politica do reino, pois as-
sim havia sido outorgada e jurada
(art.^{os} 5.^o e 86.^o) está assegurado
o reconhecimento da rainha.»

«Este periodo chega a ser engra-
çado! E veio-nos surprehender,
porque não suppunhamos o sr.
conselheiro com tendencias para o
gracioso!

Para reduzir a pó esta pedra
angular do edificio que s. ex.^a pre-
tende levantar, bastaria perguntar-
lhe se o rei (e ponhamos de parte
a pessoa do sr. D. Pedro) tem di-
reito para mudar a constituição po-
litica do estado; e se por ventura
a carta foi jurada pelos tres esta-
dos, como o proprio sr. D. Pedro
determina, e o sr. conselheiro quer
dar a entender?

Quando morreu o Senhor D.
João VI, estava em pleno vigor a
antiga constituição portugueza, e
aquelle Augusto Senhor, pela car-

ta de lei de 4 de junho de 1824,
tinha declarado que a unica e ver-
dadeira constituição da monarchia
portugueza se achava restabeleci-
da, e que elle a havia jurado, como
o tinham feito todos os reis seus
predecessores, no acto da sua ele-
vação ao throno.

Ora, como os revolucionarios de
Portugal, como os de toda a parte,
sejam inimigos declarados do di-
reito, e com razão, pelos estorvos
que este oppõe a que consigam os
seus nefandos fins, e tendo visto
malograda a sua obra de 1820 pe-
la heroica restauração de 1823,
resolveram aproveitar o ensejo da
morte do Senhor D. João VI, e
como não podiam perdoar ao Se-
nhor Dom Miguel a heroicidade
com que os bateu em 1823, re-
solveram afastal-o do throno, con-
vidando o sr. D. Pedro a que os
secundasse.

Parece que o plano estava ha
muito combinado; pois só assim se
explica ter chegado ao Rio de Ja-
neiro a noticia da morte do Se-
nhor D. João VI no dia 24 de
abril, dizerem as folhas que seu
filho estivera por tres dias entre-
gue á mais violenta dôr, sem poder
dar attenção a coisa alguma, no
dia 26, terceiro da noticia, decre-
tar a continuação de regencia, e
no dia 29 outorgar a carta.

Qualquer senhor de roça leva
mais tempo a passar carta d'alfor-
ria a meia duzia de escravos, do
que levou o imperador do Brazil
a passar carta de alforria a estes
quatro milhões de escravos, que
tinha no occidente da Europa.

Notamos esta circumstancia ape-
nas por ser indicio de que as coi-
sas estavam preparadas, para quan-
do morresse o Senhor D. João
VI.

Mas não podia, cremos nós, e pedimos ao sr. conselheiro que nos esclareça n'este ponto, ir por diante o plano de chamar o sr. D. Pedro ao throno de Portugal, sem derogar a lei fundamental da monarchia, e foi essa idéa que presidiu á outorga da carta.

E que a antiga constituição da monarchia foi violada pelo imperador do Brazil prova-se por todos os actos, nem acto podia haver d'ella em relação ao governo de Portugal que não fosse uma infracção da lei do paiz.

O sr. D. Pedro não podia exercer nenhum poder magestático no reino, sem prestar o juramento exigido pela lei de 9 de setembro de 1647, dado por todos os seus antecessores e ultimamente por seu Augusto Paç, como o mesmo Senhor explicitamente declara pela carta de lei de 4 de junho de 1824.

E prestou o sr. D. Pedro esse juramento?

Mas, que muito é que o imperador do Brazil se dispensasse do juramento prescripto de guardar e fazer guardar a constituição da monarchia, quando elle, aconselhado por meia duzia de revolucionarios, se atreveu a rasgar a folha por folha?

A regencia para exercer poderes magestáticos não podia funcionar sem auctorisação dos tres estados; obteve esta auctorisação alguma das regencias que elle nomeou?

O sr. D. Pedro II querendo, não alterar, mas explicar ou ampliar um artigo das leis fundamentaes de Lamego, não se atreveu a fazello por auctoridade propria, mas recorreu aos Tres Estados em 1698, declarando solemnemente que ti-

nha recorrido aos tres estados, porque reside n'elles o mesmo poder d'aquellas que as estabeleceram.

O imperador do Brazil não dependeu dos tres estados para substituir a constituição politica da monarchia pela carta que mandou fazer pelo sr. Francisco Gomes da Silva, e que mandou registrar nos livros do imperio!!

E se a carta nos suscita duvidas, pela forma porque foi promulgada, e pela pessoa de que emanou, tambem nos apresenta algumas outras, que o sr. conselheiro de certo nos poderia resolver, mas de que desistimos, para passar á segunda parte do periodo que estamos analysando:

«Na carta está assegurado o reconhecimento da rainha.»

O sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda não acha fundamento para a legitimidade da sr.^a D. Maria da Gloria se não na carta; de accordo.

Não impugnaremos n'este ponto a doutrina de s. ex.^a, mas é sobre elle, mais que em nenhum outro, que necessitamos recorrer á sua tão comprovada illustração e competencia, sobre tudo em questões d'esta ordem, para nós esclarecer.

Julgamos pois que o sr. conselheiro não desprezará o nosso pedido, esclarecendo-nos ácerca do seguinte:

Se a legitimidade d'aquella augusta senhora se baseava na carta, para resolver todas as duvidas necessita s. ex.^a demonstrar que o sr. D. Pedro tinha auctoridade para decretar a carta, e que observou todas as prescripções legais no modo como a decretou.

E aqui se nos offerece uma outra duvida, que o sr. conselheiro

facilmente resolverá: no dizer de s. ex.^a, por morte do Senhor D. João VI, passou o throno de Portugal ao sr. D. Pedro; ora este sr. tinha n'aquella epocha dois filhos, a sr.^a D. Maria da Gloria, e o sr. D. Pedro de Alcantara, hoje Pedro II do Brazil.

Com que direito foi este sr. privado de succeder ao pae?

Logo que o sr. D. Pedro I herdou o reino de Portugal, é claro, a nosso ver, que seu filho ficou com o *jus ad rem*, de que seu pae o não podia esbulhar.

Quererão talvez dizer que seu pae seguiu as prescripções da carta patente de 1642; mas desde que reconheçam o valor d'essa carta patente, excluem o sr. D. Pedro I da successão ao throno de Portugal e reconhecem como legitimo seu Augusto Irmão.

Mas chegamos ao ponto principal da questão:—o juramento do Senhor Dom Miguel em Vienna d'Austria e suas consequencias; reservaremos esse ponto para um artigo especial; pois nos parece que estamos bastante esclarecidos para poder tratar d'elle, independentemente das luzes do sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda.

VIII

Temos em frente a mais forte bateria, com que o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda quer defender o thesouro portuguez da obrigação de pagar o emprestimo de 1832, *provando á sociedade* que a sr.^a D. Maria da Gloria fôra legitima rainha d'estes reinos.

E' guarnecida por canhões de grosso calibre esta bateria, que, fazendo fogo sob a direcção de tão

habil general mal feridos nos deixará, se ousarmos arrostal-a. Mas manda-nos a honra que não repararemos no perigo, para vermos só o dever de marchar ao combate, em defeza da bandeira que hasteámos, e que devemos entregar a nossos filhos tão branca e immaculada, como a souberam conservar nossos paes.

Avançaremos, pois, contra esta bateria, de cabeça erguida, como é proprio de leaes soldados, e, para podermos dispôr por modo conveniente o combate, vejamos as forças de que dispõe a defeza:

Juramento á carta, prestado em 4 de outubro em Vienna d'Austria. = Decreto do sr. D. Pedro IV de 13 de julho de 1827 = As cartas do Infante a seu irmão, a sua irmã regente de Portugal, e ao rei de Inglaterra, todas com data de 10 de outubro, e ao rei de Hespanha em data de 21 do mesmo mez.

Comecemos pelo juramento prestado em 4 de outubro em Vienna de Austria.

E' inquestionavelmente doutrina nova, e que se não acha auctorizada por legislação alguma, que um principe, ausente por sua livre vontade, e estrangeiro por opção, tenha o direito de impôr a sua vontade a um outro principe que está ausente por coacção, e que nunca renunciou a sua patria.

Este facto não só offende os direitos do segundo principe, mas os da nação. E todavia o sr. D. Pedro, ausente de Portugal por sua livre vontade, e com espontaneo protesto de cá não voltar; declarado estrangeiro pelos seus juramentos e pelos seus actos, quiz impôr a sua vontade a seu Augusto Irmão, e, porque achou uma diplomacia que o apoiou, o Senhor Dom

Miguel só pôde obter a liberdade de voltar á sua tão querida patria, acceitando o decreto de seu irmão.

Antes, porém, de avaliarmos este juramento em si, e nas reservas com que foi dado, gostaríamos que o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, com a imparcialidade propria do seu character e tão necessaria para bem poder desempenhar as funcções do seu elevado cargo, nos dissesse se está convencido de que o juramento, dado em coacção pelo Senhor Dom Miguel, tem mais força do que o juramento espontaneo e dado no uso da mais plena liberdade pelo sr. D. Pedro?

Ha uma certa ordem de perguntas de que o interrogado só se salva *fazendo ouvidos de mercador*; é o unico recurso de que pôde lançar mão, n'este caso, o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda.

O juramento prestado em Vienna d'Austria a nada obriga o Senhor Dom Miguel, porque é doutrina corrente e admittida por todos os moralistas, que o juramento sobre materia injusta a nada obriga. E não sabemos que possa haver materia mais injusta, especialmente para um principe, do que attentar contra as leis fundamentais da sua nação, e contra os direitos dos povos, a que a sua familia deve o logar que occupa na sociedade.

Se o Senhor Dom Miguel não fosse coagido, tinha feito mal e muito mal em prestar aquelle juramento; mas nem assim era obrigado a cumpril-o; porque quando ha a desgraça de prestar um juramento sobre materia illicita, a obrigação é não cumprir semelhante juramento.

O sr. conselheiro sabe isto me-

lhor do que nós; porque, tendo estudado pelos mesmos compendios, porque nós estudámos, tem a seu favor a superioridade da intelligencia.

A religião não pôde prestar-se a auxiliar iniquidades, e é por isso que ella, que tão severamente exige a observancia do juramento em materia licita, com egual rigor a prohibe, quando recae sobre materia illicita.

Nenhuma responsabilidade, porém, coube ao Senhor Dom Miguel por ter prestado aquelle juramento; não só porque foi coacto, mas porque, pela sua sabia reserva, se absolveu de qualquer pena que lhe pudesse ser imposta por semelhante acto.

E o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda, que só nos argumenta a favor da legitimidade da sr.^a D. Maria da Gloria com os decretos e declarações de seu pae, juiz em causa propria, deveria permittir-nos que, para demonstrar a existencia da reserva de seus direitos, feita em Vienna d'Austria pelo Senhor Dom Miguel, nos servissemos do seu manifesto de 28 de maio de 1832, onde aquelle Augusto Senhor diz: «Tendo feito na côrte de Vienna reserva especial de meus direitos, condescendi com o que me foi proposto.»

Ora, o sr. Mártens Ferrão conhecia perfeitamente a rigidez d'aquelle nobre character, incapaz de faltar á verdade; não sabemos, porém, se o sr. conselheiro geral da corôa o avaliará da mesma maneira, e por isso, e por não querermos imitar o sr. conselheiro, que só aduz como provas documentos emanados do interessado; nós, para provar a realidade da reserva, que de seus direitos fez o Augusto pri-

sioneiro de Vienna, vamos offerecer a sua ex.^a uma prova irrecusavel: é o protocollo de 20 de outubro de 1827.

E aqui notaremos uma singularidade: Todos os documentos que o sr. procurador geral da corôa exhibe para provar a legitimidade do sr. D. Pedro e de sua augusta filha, ou nada dizem a semelhante respeito, ou provam contra. N'este caso está o protocollo de 20 de outubro, citado por s. ex.^a com um certo emphase, como tendo força de só por si decidir a questão; pois bem, leia-se esse protocollo, que lá se ha-de encontrar a reserva que o Senhor Dom Miguel faz dos seus direitos.

Fica demonstrado que o juramento, prestado em Vienna a 4 de outubro, não tem, nem pôde ter valor politico; porque o não tem os juramentos prestados sobre materia illicita; e porque a reserva, com que foi feito, absolve o Senhor Dom Miguel de qualquer responsabilidade.

Fizemos pois calar a peça Krupp, com que o sr. conselheiro defendia o seu principal reducto, as outras são tão insignificantes, que não nos estorvam o passo. O reducto é nosso, podemos sobre elle arvorar o estandarte branco, a bandeira da victoria e da paz.

O Senhor Dom Miguel, a quem a revolução, no seu empenho de trocar os nomes ás pessoas e ás coisas, chamou despota, reservando o nome de libertador para o homem que mais despotismo exerceu sobre Portugal e sobre os portuguezes, era altamente respeitador da lei, e dos direitos e fóros dos povos.

Tivemos muitas vezes a honra de conversar com aquelle Augusto

Senhor em coisas de governação publica, e vimos como para elle eram sagrados os direitos e os fóros do povo; e quando fallava da lei dizia sempre: *A lei é superior ao rei.*

E porque assim o julgava, não podia reconhecer nem em si, nem em seu irmão, auctoridade para decidir a grave questão da successão ao throno; nem podia entregar a decisão d'essa questão, senão ao tribunal que a lei reconhece como unico competente para a julgar.

Pela sua parte o povo, que com tanta repugnancia, e só coagido pela força, recebeu a carta e o governo em nome d'ella, logo que viu no reino aquelle que cria o seu Rei, e por quem tinha a mais decidida sympathia, devida á heroicidade de 1823 e ás virtudes pessoas que no Infante reconhecia; no mesmo dia, em que elle desembarcou em Portugal, começou a acclamal-o Rei.

O enthusiasmo espalhou-se por todo o paiz com a velocidade electrica; nas cidades como nas aldeias, na casa do pobre como na casa do fidalgo, por toda a parte se ouvia o mesmo grito, e uma voz unanime repetia de um a outro extremo do reino um enthusiastico vinda a Dom Miguel I.

Aqui somos apenas historiadores, repetimos um facto que se o sr. conselheiro pela sua pouca idade não presenciou, mas deve conhecer muito bem, até pela parte que n'elle tomaram os seus, tão decididos e leaes legitimistas.

Os tribunaes, o clero, a nobreza e todas as camaras do reino se dirigiram desde aquelle dia, 22 de fevereiro de 1828, ao Senhor Infante, pedindo-lhe que cingisse a corôa, que de direito lhe pertencia;

mas Sua Alteza, respeitador da lei e dos nossos bons fóros de povo livre, recusou sempre annuir áquelle pedido, entregando a solução d'este negocio aos Tres Estados, a quem de direito pertencia.

Foram pois convocados os Tres Estados, e o seu assento de 11 de julho de 1828 deve ser conhecido do sr. conselheiro.

IX

Cita o sr. procurador geral da corôa e fazenda umas palavras do discurso da corôa, proferido em 1830 pelo rei Carlos X, nas quaes S. M. indicava o seu empenho em contribuir para a reconciliação dos principes da Casa de Bragança e pacificação da península, e junta-lhes logo, com ar triumphante, a resposta, dada pela camara ao mencionado periodo, a qual diz assim:

«E' um digno objecto da solicitude de V. M. pôr termo aos males que affligem Portugal, sem prejuizo do principio sagrado da legitimidade, não menos inviolavel para os reis do que para os povos.»

D'estas expressões, que contem a doutrina verdadeira, mais applicavel, decerto, aos que sustentam o nosso antigo direito publico, quiz inferir o exímio magistrado que o governo francez se achava visivelmente propenso ás pretensões do Imperador do Brazil, a quem o sr. conselheiro agora chama D. Pedro IV.

Quanto, porém, a taes pretensões, temos nós uma opinião um tanto contraria, e pedimos licença a sua ex.^a para a corroborar com documentos irrefragaveis e que são insuspeitos.

Nuno Barboza de Figueiredo, agente diplomatico do partido, em

que o sr. procurador geral da corôa e fazenda agora milita, tentou conseguir do governo francez a sua mediação para com o de Hespanha, afim de que os emigrados liberaes viessem para um deposito, nas proximidades dos Pyrneos, e eis aqui o que elle escrevia ao Marquez de Palmella, sobre o assumpto, em 31 de julho de 1828, da cidade de Pariz.

«Já em consequencia da recommendação do sr. visconde de Itabayana, eu tinha conferenciado com mr. Ferronnays ácerca das fieis tropas portuguezas, que, depois da catastrophe do Porto, puderam abrir-se caminho até Hespanha. Sinto dizer a v. ex.^a que encontro este ministro muito menos disposto do que eu esperava a chamar a attenção do seu governo sobre a infeliz posição das sobreditas tropas, illudindo quanto poudes a minha proposição de se procurar decidir a côrte de Madrid a deixar embarcar aquelles leaes portuguezes para qualquer ponto, fóra do territorio hespanhol.»

Mas não ficam só n'isto os queixumes do encarregado de negocios por parte do sr. D. Pedro.

Tratando do reconhecimento do bloqueio da Madeira, estabelecido pelo governo de Portugal, e dos esforços que havia feito para que o gabinete das Tulherias o não sancionasse com a sua approvação, diz elle, ainda ao mesmo Palmella, em uma communicação tambem de Pariz, com data de 28 de agosto de 1828.

«Chegou hontem D. Luiz de Noronha e me entregou o officio de v. ex.^a de 18 do corrente. Dirigi-me logo a mr. Raynneval e sinto dizer a v. ex.^a que ficaram des- prezados todos os meus argumen-

tos para decidir este ministro a que o seu governo fizesse uma declaração publica em como não reconhecia o bloqueio da Madeira; pelo contrario mr. de Raynneval me confessou, sem reboço, que elle era de parecer que se devia reconhecer todo o bloqueio estabelecido com forças sufficientes para se fazer observar, não cumprindo ás nações neutraes, em occasião de guerras e rebellões, mais do que prevenir o seu commercio das perdas e riscos, a que se expõe procurando violar os mesmos bloqueios. A' vista d'uma similhante doutrina e da conducta ambigua, que este governo tem tido ultimamente para conosco, não nos pôde ficar a menor duvida de que esta côrte se acha de mãos dadas com a Inglaterra ácerca dos negocios de Portugal.»

Excusado será dizer que o ministerio inglez, presidido pelo conde Aberdeen, fez quanto poudé em favor da causa nacional portugueza, e, consequentemente, do Senhor Dom Miguel; e, se os conselheiros d'esse Principe infeliz lhe não tivessem feito acreditar, menos prudentemente, que a amnistia, sendo exigida, poderia parecer acto de fraqueza, o reconhecimento do gabinete britannico teria logo sido seguido pelo da França e pelo das outras potencias, que ainda estavam hesitantes. Talvez, o sr. conselheiro ignore este facto; o sr. Ferrão conhecia-o perfeitamente.

Para se consolar das amarguras que, como se vê, tinha curtido, menciona, é verdade, Nuno Barbosa de Figueiredo, na primeira das correspondencias que ficam citadas, o que passou com o barão Hyde de Neuville, e exprime-se por esta forma:

«Entregando depois a carta de v. ex.^a a mr. de Neuville, achei este ministro muito mais favoravel á nossa causa.»

Não admira isso, nem deve ser novidade para ninguem, que saiba alguma coisa dos successos contemporaneos.

Hyde de Neuville, que foi um ardente admirador do Senhor Dom Miguel, e que á frente do corpo diplomatico o felicitou com tão grande entusiasmo, aqui em Lisboa em 1823, por occasião da jornada de Villa Franca, transformouse depois, por motivos particulares, que seria longo enumerar, em um seu inimigo pessoal. Nem houve outro que mais se afadigasse em o hostilisar.

Voltando a França, parece que punha n'isso todo o seu maior empenho, já preparando a opinião contra as intenções do Senhor Dom Miguel, já allegando, na tribuna parlamentar, os suppostos direitos do imperador do Brazil á corôa de Portugal, já procurando demover Carlos X do seu visivel proposito de reconhecer o governo constituído, n'este reino, pelas côrtes nacionaes; e quando, como é sabido entre os legitimistas francezes, S. M. manifestava, perante os ministros, os seus desejos n'esse sentido, logo acudia Hyde de Neuville com a ponderação de que o reconhecimento da França importava um perigo para a dinastia, porque, sendo um dos principaes fundamentos da exclusão de D. Pedro, para succeder no throno portuguez, o facto d'elle haver feito guerra ao paiz, em que nascera, isso só serviria para alentar o partido revolucionario de França, que imputava como um crime aos Bourbons o terem estado no exercito

alliado os condes de Provence e de Artois.

Decididamente, a historia d'este ultimo meio seculo, e que exprima a rigorosa verdade, está ainda por escrever.

Se ella estivesse já escripta, não teria, de certo, o sr. procurador geral da corôa e da fazenda, com toda a sua grande erudição, caído em lapsos tão deploraveis.

Rectificados os factos com o auxilio de documentos officiaes, ficam muito prejudicadas as affirmativas de s. ex.^a, quanto á protecção do governo de Carlos X aos imaginados direitos do imperador do Brazil e de sua augusta filha, a princeza do Grã Pará. Mas ha ainda mais, e para os fulminar por um modo peremptorio.

E' nada menos do que a correspondencia, dirigida de Pariz, em 7 de maio de 1829, pelo proprio marquez de Palmella ao marquez de Barbacena, na qual se diz claramente:

«Encontro n'este paiz toda a gente disposta a nosso favor, menos a que habita as Tulherias e o faubourg Saint-Germain.»

Quer isto dizer que estavam pela legitimidade do Senhor Dom Miguel o soberano, a familia real, a aristocracia, e, póde-se acrescentar, toda a parte verdadeiramente monarchica da nação franceza; e tanto assim que, depois da catastrophe de 1830, os officiaes mais illustres do exercito legitimista vieram para Portugal offerecer as suas espadas e o seu sangue ao principe então reinante, e não era um interesse vil que os movia, era a nobre convicção de que serviam aqui uma causa, inteiramente analogá á sua.

Depois das deducções feitas pelo

habil diplomatico, quaes eram os elementos, que s. ex.^a considerava dispostos a seu favor? Eram os da revolução, que já então minava o solo da França, e que, tendo conseguido preponderar na camara electiva, que deu aquella resposta, citada pelo douto procurador geral, deviam, dentro de poucos mezes, derrubar, nas barricadas, a monarchia legitima para a substituir pela do rei cidadão.

Não nos parece que se possa deixar de dar, no campo liberal, a maxima importancia a esta autorisada declaração do homem, elevado mais tarde ás honras de duque, e que, pela sua perspicacia incontestavel, pelas suas astucias diplomaticas, e sobretudo pela assombrosa perseverança, com que luctou, durante alguns annos, contra as maiores difficuldades, contribuiu, mais do que ninguém, para collocar a dinastia da carta no throno, que hoje occupa, e junto ao qual o *inflexivel legitimista de 1852* está gozando de uma posição tão conspiciua e tão *doirada*.

X

As coisas difficeis fazem a gloria dos grandes homens; mas se estes, levados pelo orgulho, querem vencer o invencivel, a sua queda é tanto mais estrondosa, quanto maiores são os esforços que empregam.

Temos seguido, periodo a periodo, o parecer do sr. procurador geral da corôa e fazenda sobre a questão do emprestimo de 1832, questão, a nosso ver, mais importante pela honra do nome portuguez, do que pelos contos de réis que possam pedir os possuidores dos titulos que o representam.

Não o entende assim aquelle magistrado: levado pelo seu furor partidario, e para demonstrar que o thesouro portuguez não é obrigado a este pagamento, emprehendeu a demonstração do direito do imperador do Brazil ao throno de Portugal. Se a demonstração fosse apenas difficil, tel-a-hia feito o sr. conselheiro, que não são para menos o talento e conhecimentos juridicos de s. ex.^a

Era impossivel a empreza, e de a commetter não póde o sr. conselheiro encontrar desculpa, nem nos deveres do cargo; porque um dos primeiros deveres de todo o homem, especialmente de quem occupa tão elevadas posições na sociedade, é não fallar contra a consciencia, não violar a justiça, nem attentar contra o direito.

Não póde a verdade ser empregada contra o direito, e assim teve o sr. procurador geral de citar, como provas da legitimidade do sr. D. Pedro, diversos documentos, dos quaes uns não teem palavra que possa ser applicada á questão, outros provam o contrario do que s. ex.^a pretende.

Desconfiando, com razão, da força de taes provas, recorreu a um discurso da abertura do parlamento francez, pretendendo ver nas palavras do rei Carlos X uma prova contra o Senhor Dom Miguel. No nosso artigo precedente mostrámos-lhe com o testemunho de dois diplomaticos da carta, que sua ex.^a não tinha sido mais feliz n'esta, do que nas outras citações. Mostrámos-lhe como n'aquelle tempo a opinião do Rei de França, da familia real, da nobreza e dos legitimistas era a favor do Senhor Dom Miguel, e não nos será difficil mostrar que hoje acontece o

mesmo. E se o sr. conselheiro, com a citação que fez, nada conseguiu a favor do sr. D. Pedro, esperamos que nos não acontecerá o mesmo em relação ao Senhor Dom Miguel.

Nós trataríamos a questão simplesmente com os argumentos de casa, limitando-nos a ir buscal-os á legislação e á historia; mas desde que é licito robustecer taes argumentos com a auctoridade dos estrangeiros, lançaremos tambem mão d'este meio.

E primeiramente pediremos ao sr. procurador geral que não faça obra pelos reconhecimentos das potencias estrangeiras, que nada significam em relação á legitimidade do reconhecido, admittida, como está, a tão condemnavel doutrina dos factos consummados; e, como s. ex.^a veio com o exemplo da França, appellaremos tambem para o exemplo d'aquella nação. As potencias estrangeiras reconhecem apenas o facto; e, a não ser assim, teriamos o absurdo de serem igualmente legitimos Carlos X, Luiz Philippe, Napoleão III, a republica de Thiers, Mac-Mahon e Grevy. Ainda ha pouco vimos, na carta do Santissimo Padre Leão XIII ao cardeal Guibert, ser esta a theoria seguida pela Igreja.

Se o reconhecimento diplomatico nada prova em relação á legitimidade, não diremos o mesmo da opinião de cada um dos soberanos, e da opinião dos legitimistas de cada paiz; porque, particularmente interessados em estudar a questão, então lhes convindo senão salvar o principio, é evidente que hão-de sentenciar a favor d'este.

Assentado isto, comecemos pela corte de Roma.

Não fallaremos de ter o Senhor

Dom Miguel sido reconhecido pelo Santissimo Padre Gregorio XVI; mas dos testemunhos que Sua Santidade deu de o reconhecer como legitimo Rei de Portugal.

Quando a quadrupla alliança, ao serviço da maçonaria, conseguiu arrojar-o do throno, o Senhor Dom Miguel foi para Roma, onde foi recebido nos braços do Papa, e onde continuou a receber todas as demonstrações, devidas á realza, e que já se não podiam dizer tributadas ao facto, mas só ao direito.

Gregorio XVI fez mais; apresentou-o ao povo de Roma, dizendo:—«Eis o Rei mais catholico que tenho, que *tenho*, note-se bem, em toda a christandade.»

Se Henrique V, um dos principes mais illustrados da Europa, e de uma rectidão que os seus proprios adversarios reconhecem, fosse convidado para ser arbitro na questão da legitimidade portugueza, a favor de quem sentenciaria, sr. procurador geral?

Não sabe?! Pois bem, convidamol-o a que consulte as columnas da *Union* de Paris, órgão official d'aquelle Augusto Senhor, e verá que, quando este jornal falla no Senhor Dom Miguel, diz regularmente—o Rei legitimo de Portugal.

Quer que ao estrangeiro vamos buscar mais votos? De bom grado. Entregue a Francisco II de Napoles a decisão da questão da legitimidade portugueza; entregue-a aos duques desthronados da Italia.

E se não quer ir tão longe, pergunte a Carlos VII, quem é o rei legitimo de Portugal.

Não lhe basta o testemunho de tantos e tão auctorisados juizes?

Pois bem, voltemo-nos para a imprensa legitimista.

Não ha em toda a França, em toda a Hespanha, em toda a Italia um unico jornal legitimista, que seja da opinião do sr. procurador geral da corôa e fazenda; todos elles são da opinião de que era o sr. Martens Ferrão.

E por vemos que o sr. procurador geral se manifesta um pouco contra Carlos VII, terminaremos este artigo, fazendo-lhe uma pergunta:

Porque será que os revolucionarios de Hespanha, desde o chamado conservador até ao republicano, fazem todos causa commum contra Dom Carlos?

Em nos respondendo a esta pergunta, ficamos sabendo a razão por que todos os revolucionarios de Portugal fazem causa commum contra o Senhor Dom Miguel, classificando apenas como questões de familia as desavenças que entre si teem.

XI

Depois de divagar pela França, á procura da legitimidade do sr. D. Pedro, o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda volta á carta, fonte unica d'onde faz emanar o direito de successão ao throno de Portugal.

Não haveria n'este paiz leis que regulassem esta gravissima questão, antes do sr. D. Pedro nos impôr, auxiliado pelas bayonetas e esquadras estrangeiras, *da rainha e da carta o pendão?*

Havia, e tão sabias e tão conformes com a indole d'este povo, que não só fizeram por sete seculos a sua felicidade, mas nunca foi necessario empregar a força para as fazer obedecer; pelo contrario, jámais duvidou o povo offerecer o

seu sangue para a manutenção d'essas leis: diga-o Aljubarrota; diga-o o primeiro de dezembro de 1640 e os cem combates que se lhe seguiram, para firmar no throno a casa de Bragança; diga-o o heroismo com que arrojámos para tão longe de nossas fronteiras as aguias de Napoleão; diga-o a restauração de 1823, os combates que ferimos em 1826, a guerra de 32 a 34 e a de 46 e 47.

Nem podia ser o contrario: como havia o povo recusar-se a obedecer á lei que elle tinha feito, e que podia modificar, á sua vontade, pelos mesmos meios porque a tinha feito, sempre que o julgasse conveniente?

Leis impostas pela força nunca o reino de Portugal conheceu, senão a dos Filippes, a de Napoleão e a do imperador do Brazil.

Muito bem o conhecia o sr. Mártens Ferrão, mas a capa de conselheiro teve para sua ex.^a o effeito que o paganismo attribuia á passagem do Lethes: depois que a pôz, esqueceu quanto sabia, e todo absorvido pela magia da carta, subiu a alturas, d'onde não é possível baixar os olhos até ao povo, entre o qual e com o qual Affonso Henriques, D. João I, D. João IV e Dom Miguel I, faziam leis, ou regulavam as duvidas que se podiam suscitar sobre a applicação d'estas.

Nós transcrevemos nas columnas do nosso jornal todo o parecer do sr. procurador geral da corôa e fazenda, porque, se nós dissessemos que a sr.^a D. Maria da Gloria não tinha outros direitos senão os que lhe provinham da carta, poder-se-hia attribuir a asserção a interesse partidario; mas desde que aquelle a quem a lei incumbe a defeza dos direitos d'aquella augusta senhora

assim o diz e sustenta, desaparece toda a duvida, e não pôde haver hesitação em o affirmar.

O sr. conselheiro devia ter-nos dito, uma vez que trouxe a terrei-ro esta questão, qual o direito em que o sr. D. Pedro se fundou para decretar a carta; porque, a não haver alguma especialidade a favor d'aquelle senhor, a não ser, suppunhamos, pela razão de ser imperador do Brazil, é claro que com o mesmo direito com que elle a decretou, pôde o seu augusto neto substitui-la por uma outra lei qualquer. Nem achamos que se possa impugnar este principio.

Não se argumenta com o facto de terem jurado a carta os descendentes do dador; porque tambem este tinha jurado que não queria saber de Portugal, tinha jurado a carta brasileira, tinha em uma famosa carta a seu augusto pae escripto:

«Vossa Magestade como Rei de Portugal, e eu como imperador do Brazil, estamos em guerra;» tinha em 12 de abril de 1831 escripto uma carta a seu filho, o sr. D. Pedro II, na qual se lêem, entre outras, estas valiosas declarações:

«Meu querido filho e *meu imperador....* Deixo filhos, *patria* (o Brazil) e amigos... Lembre-se sempre de seu pae, ame a sua e *minha patria....*» e apesar de todos estes juramentos e declarações *outorgou* a carta.

E por fallarmos em juramentos, não vem fóra de proposito notar a semcerimonia com que o sr. procurador geral da corôa e fazenda queria que o Senhor Dom Miguel cumprisse um juramento, coacto, e absolve o sr. D. Pedro de um juramento que tinha dado em plena liberdade!

Notamos simplesmente; não nos admiramos, porque quem está em um terreno tão falso, como o sr. conselheiro, ha-de indispensavelmente cair em muitas d'estas.

Fallando da regencia nomeada pelo sr. D. Pedro em 15 de junho de 1829, diz:—«nomeando, *de poder proprio*, a regencia do reino pela especialidade das circumstancias que não permittiam proceder n'este caso conforme os preceitos da carta.»

Decididamente o sr. procurador da corôa está completamente esquecido da antiga legislação do paiz!

Reconhece que, depois de publicada a carta, a regencia devia ser nomeada conforme os preceitos d'esta; mas, antes de publicada a carta, não havia lei que regulasse as regencias que tinham de exercer poderes magestáticos? E observou o sr. D. Pedro essa lei, quando por decreto de 26 de abril confirmou a regencia creada pelo decreto de 6 de março?

E' uma obra monumental este parecer do sr. procurador geral da corôa e fazenda, especialmente na parte em que pretende provar a legitimidade do sr. D. Pedro! Não cita documento de que se possa deduzir uma prova, por mais insignificante que seja, a favor da legitimidade do sr. D. Pedro, e alguns cita de que se podem deduzir provas a favor da legitimidade do Senhor Dom Miguel.

O que se póde estranhar, e até o que os seus amigos politicos lhe podem levar a mal, é a lembrança de trazer para o campo da discussão um ponto, que não podia sustentar, e que o não podia sustentar é claro, desde que não cita um unico documento, desde que não

apresenta um unico argumento que seja irrefutavel.

No nosso entender fez um mau serviço á causa que se propôz defender; porque desde que estabelece que o thesouro portuguez não tem obrigação de pagar o emprestimo de 1832, por ser illegitimo o governo do Senhor Dom Miguel, os possuidores dos titulos d'aquelle emprestimo, para fazerem triumphar a sua causa, podem analysar todos os documentos apresentados no parecer, e, á vista d'elles e da argumentação do sr. procurador geral da corôa, todos hão-de convir, nem podem deixar de convir, que o sr. D. Pedro, ainda quando pelos seus actos anteriores ao tractado de 29 de agosto de 1825, não tivesse perdido o direito de succeder a seu augusto paé no throno de Portugal, o perdera por aquelle tractado, em que foi declarado brasileiro, e conjunctamente com o Brazil separado de Portugal.

Provado isto, cae por terra toda a argumentação do sr. conselheiro, e o emprestimo não pode deixar de ser declarado portuguez, e como tal pago.

XII

Mal aconselhado andou o sr. procurador geral da corôa, quando veio a publico defender a legitimidade da sr.^a D. Maria da Gloria.

Foi o genio do mal, assim podemos chamar ao orgulho, que lhe persuadiu não haver defeza impossivel, tendo tal defensor. E nós, que ha muitos annos conhecemos sua ex.^a, sem dizer tanto, quanto lhe diz o seu amor proprio, diremos comtudo, sem que o espirito da lisonja nos leve a isso, que nem somos lisonjeiros, nem aqui tinha-

mos razão para o ser, que em boas mãos estava a causa, pois o sr. procurador geral, além de ser um bom argumentador, é um profundo jurista. Mas como não seja possível provar que qualquer imperador estrangeiro pôde, quando queira, declarar-se rei de Portugal, impossível era o empenho do sr. procurador geral, nem tinha onde fosse buscar melhores argumentos, nem documentos mais valiosos que aquelles que apresentou. Nem cremos que os partidarios do Senhor Dom Miguel tivessem já-mais quem melhor serviço lhes fizesse, do que lhes fez aquelle funcionario, apresentando no *Diario do Governo* o parecer de que nos temos occupado.

Quando um estrangeiro, ou um portuguez, pouco versado no nosso direito, venha de futuro questionar qual dos dois filhos do Senhor Dom João VI tinha direito de lhe succeder na corôa de Portugal, a resposta é facil; basta apresentar-lhe os argumentos, com que o sr. procurador geral da corôa defendeu os direitos do sr. D. Pedro, acrescentando: não disse mais, porque mais não tinha que dizer.

Examinado aquelle parecer, ver-se-ha que não ha um unico documento que não seja contraproducente, outros cita de cuja existencia é licito duvidar ou que não dizem uma palavra que tenha applicação ao ponto controvertido.

Fazendo um ultimo esforço, para provar a illegitimidade do Senhor Dom Miguel, de quem o sr. Mártens Ferrão era tão entusiastico defensor, e a quem o sr. procurador geral da corôa denomina usurpador, descobriu que um rei, para ser legitimo, necessita dominar em todos os seus estados; pois

se ha meia duzia de soldados discolos que por surpresa se apoderaram de uma praça ou de um ponto qualquer que conseguem defender, n'esse momento o rei perdeu a sua legitimidade.

E' o que julgamos que o erudito magistrado quiz asseverar, quando escreveu as seguintes linhas: «Não tendo o governo de Lisboa (falla do governo do Senhor Dom Miguel) logrado ser o unico governo constituido no paiz, como com evidente desconhecimento dos factos politicos de Portugal se allega em uma das memorias, para dar apparencias de fundamento legitimo á reclamação. Este ponto não é indifferente. . . »

Mas se o actual governo de Portugal para não pagar o emprestimo de 1832 necessita provar a illegitimidade do Senhor Dom Miguel, que applicação tem ao caso as linhas supra?

Supponha o sr. procurador geral, o que esperamos acontecerá em breve, que a França chama ao throno Henrique V, e que os republicanos de diferentes pontos conseguem apoderar-se de uma provincia, ou de uma colonia, onde se sustentam ou pela força propria, ou protegidos pelos estrangeiros; deixará, por esse facto, Henrique V de ser rei legitimo de França, ou os actos do seu governo carecerão do cunho da legalidade?

Este argumento não nos parece proprio da seriedade de tão elevado magistrado, accrescendo que não é exacto; pelo que podemos dizer que quem desconhece os factos politicos de Portugal não é o auctor da memoria, mas o sr. procurador geral da corôa.

Pois, v. ex.^a atreve-se a escre-

ver, a firmar com o seu nome e a publicar na folha official que o governo do Senhor Dom Miguel nunca logrou ser o unico governo constituido no paiz? Quem lhe disse isso, enganou-o completamente, e v. ex.^a antes de o asseverar devia ter verificado se era exacto ou não o asserto.

E talvez, para conhecer o erro em que estava, não necessitasse sair de casa; é provavel que ainda por lá tenha alguns apontamentos e papeis antigos do sr. João Baptista da Silva Ferrão de Carvalho Mártens, d'onde conste que o Senhor Dom Miguel foi espontaneamente aclamado em toda a monarchia portugueza, assim no reino, como nos Açores, possessões d'África e Asia e Macau na China. E note que nem pôde exceptuar a mesma ilha Terceira, onde é verdade que o governo do Senhor Dom Miguel subsistiu por pouco tempo, porque uma rebelião militar comprimiu a expressão e a vontade do povo.

A prova encontra-a v. ex.^a nas gazetas da epoca, e até na recordação dos actos dos seus novos amigos politicos.

Não sabe porque os soldados de D. Pedro exerceram n'aquella ilha a mais ferina barbaridade? Nunca ouviu fallar nos *desrinzamentos*, atrocidade por elles inventada para assassina-rem, pelo modo mais barbaro, os pobres legitimistas açorianos? Todos esses actos inqualificaveis tinham por fim punir aquella povoação pelo crime de ter aclamado o Senhor Dom Miguel.

Nem admira que fosse alli aclamado o Senhor Dom Miguel, sendo tão legitimista aquella povoação. Quer uma prova? Quando o sr. D. Pedro organisava a divisão,

que veiu atacar seu augusto irmão e o reino, obrigou muitos açorianos a pegar em armas; pois, apenas chegaram a Portugal, a maior parte apresentou-se no exercito legitimista, e tantos eram que se formou com elles o magnifico batalhão açoriano, um dos mais valentes e decididos que se bateram até á convenção d'Evora Monte.

E' pena que uma pessoa tão illustrada, e que occupa tão elevada posição na magistratura, não seja mais conhecedora da nossa historia; pois como não podemos attribuir a má fé, forçoso é attribuir ao *desconhecimento* dos factos as inexactidões que s. ex.^a apresenta.

Já aconselhámos a leitura das gazetas da epoca; agora acrescentaremos que se soubessemos que s. ex.^a não tinha o assento dos Tres Estados de 11 de julho de 1828, tomavamos a liberdade de lhe offercer um exemplar, e d'elle poderia s. ex.^a ver que aquellas côrtes foram uma verdadeira representação nacional, em que estava representado o clero e a nobreza pela quasi totalidade dos seus membros, que tinham assento em côrtes, e onde tomaram assento os representantes do povo de 84 cidades e villas, que tinham voto em côrtes.

Não supponmos s. ex.^a tão faccioso que, depois de ler este e outros documentos que lhe podiamos apresentar, fosse capaz de negar que nunca existiu um poder, que tivesse origem mais legal do que aquelle, em virtude do qual o Senhor Dom Miguel cingiu a corôa portugueza.

XIII

«Na carta constitucional e no

acto de abdição está assegurado o reconhecimento da rainha» diz o sr. procurador geral da corôa.

Já apresentámos a sua ex.^a algumas duvidas que temos ácerca da legalidade da carta, fallaremos agora do acto da abdição, sempre com o unico fim de sermos esclarecidos por tão competente autoridade.

O acto da abdição diz assim:

«D. Pedro por graça de Deus, rei de Portugal e dos Algarves etc. Faço saber a todos os meus subditos portuguezes, que sendo incompativel com os interesses do imperio do Brazil e os do reino de Portugal, que eu *continue* a ser rei de Portugal e Algarve; e querendo felicitar aos ditos reinos quanto em mim couber, hei por bem de meu moto proprio e livre vontade, abdicar e ceder de todos os indisputaveis e inauferiveis direitos que tenho á corôa da monarchia portugueza na pessoa da minha filha a princeza do Grã Pará... E outro sim seu servido declarar que a dita minha filha não sairá do imperio do Brazil sem que me conste officialmente que a constituição foi jurada, conforme eu ordenei, e sem que... o casamento (com o Senhor Dom Miguel) esteja concluido, esta minha abdição e cessão não se verificará, se faltar qualquer d'estas duas condições. Etc.»

Faltaram ambas as condições: nem a constituição foi jurada, pelos tres estados, como pelo dador fôra ordenado; nem se concluiu o casamento com o Senhor Dom Miguel.

Ora, se o sr. D. Pedro tinha o direito de abdicar, é inquestionavel que tambem havia de ter o direito de regular a abdição. E

a'esde que se não cumpriram as clausulas, que elle estabeleceu como indispensaveis, fica esta de nenhum effeito.

E sendo o acto da abdição um dos fundamentos da legitimidade da sr.^a D. Maria da Gloria, segundo affirma o sr. procurador geral, annullado este acto, fica um pouco coxa, não diremos a legitimidade d'aquella senhora, mas a argumentação do seu eximio defensor.

Não é esta a principal falta do acto de abdição; ha outras de que fallaremos depois. Agora não podemos deixar de notar uma contradicção que apresenta aquelle documento, a que achamos graça.

O sr. D. Pedro, para se fingir portuguez, occulta o seu verdadeiro titulo de imperador do Brazil e denomina-se rei de Portugal; mas, quando falla de sua augusta filha, apresenta-a brasileira tal qual era, denominando-a princeza do Grã Pará, titulo que lhe deu a carta do Brazil, quando ella deixou de ser portugueza, segundo a mesma carta.

Na questão da abdição ha duas condições essenciaes: o direito de quem abdica, e o direito de quem recebe a abdição; queremos dizer: — Para provar que a abdição do sr. D. Pedro em sua augusta filha podia ter lugar, é necessario provar que o sr. D. Pedro era o rei legitimo de Portugal, e que a sr.^a D. Maria da Gloria era a sua legitima successora.

Já apresentámos ao sr. procurador geral da corôa e fazenda uma serie de duvidas, que temos ácerca dos direitos do sr. D. Pedro ao throno de Portugal; mas são ellas tantas que sempre apparecem outras, quando se toca n'este ponto.

Agora fornece-nos a carta de 1826 uma, sobre que pedimos a opinião d'aquelle magistrado; diz a carta art.º 7 § 1: São cidadãos portuguezes os que tiverem nascido em Portugal ou seus dominios e que hoje não forem cidadãos brasileiros.»

Estas palavras são, no nosso entender, a condemnação de sr. D. Pedro, escripta por elle mesmo. Pois quem pôde negar que, d'este o tratado da separação, 29 de agosto de 1825, o sr. D. Pedro foi o primeiro cidadão do imperio do Brazil?

E como se fosse necessario uma contraprova, diz-nos no art.º 8.º § 1 da mesma carta: «Perde os direitos de cidadão portuguez o que se naturalizar em paiz estrangeiro. «Poderia o sr. D. Pedro ser imperador do Brazil sem se naturalisar cidadão brasileiro?

Muito teriamos a agradecer ao sr. conselheiro se nos tirasse estas duvidas. Confiamos muito no talento de sua ex.ª; todavia duvidamos de que seja capaz de nos demonstrar, que no dia em que o sr. D. Pedro outorgou (conserve-mos a phrase official) a carta, não era o primeiro cidadão do Brazil; pois equivaleria a provarmos que o dia 29 de agosto de 1825 não foi anterior ao dia 29 de abril de 1826.

Já fallámos dos art.ºs 1.º e 2.º do auto de separação, agora diremos que todos os outros confirmam o principio de que Portugal fica formando um estado e o Brazil outro, com soberanos independentes, que promettem um ao outro esquecimento das desavenças passadas, restituição de toda a propriedade sequestrada, pertencente aos subditos de ambos os soberanos de Portugal e do Brazil, etc., etc.

As potencias estrangeiras cumprimentam os dois soberanos pela paz que acabavam de fazer, e reconhecem a separação dos dois estados.

E n'esta persuasão estava o imperador do Brazil ainda em 23 de novembro de 1825, quando em uma proclamação ás tropas brasileiras diz: «Não somos nós aquellos mesmos brasileiros, que proclamaram sua independencia, que combateram os portuguezes e expulsaram de seu territorio quatorze mil soldados?»

Tudo isto, e o mais que temos escripto nos artigos precedentes e o muito que ainda nos fica por dizer, porque o não permitem as dimensões da nossa folha, deixamos a convicção de que o sr. D. Pedro não era portuguez, porque se declarou brasileiro desde que proclamou a independencia, declaração que foi confirmada e reconhecida pelo tratado de separação. Mas como pelas suas lizes o sr. conselheiro nos pôde convencer do contrario, vamos considerar a abdicção sob o ponto de vista de ser o sr. D. Pedro portuguez, e de não ter pelos seus actos, anteriores á separação, perdido os direitos ao throno de Portugal.

Assim no artigo seguinte, sustentaremos que, ainda que o sr. D. Pedro fosse rei de Portugal, não tinha direito a abdicar, e que o acto de dois de maio de 1826 nos poude ser imposto pela força, mas nos não obriga em direito, esperando da benevolencia do sr. procurador geral da corôa nos esclareça tambem ácerca d'este ponto.

XIV

Portugal não é patrimonio de fa-

mília, de que o soberano possa dispor a favor de seus filhos; não o permite a lei, nem o auctorisam os exemplos.

Se, por morte do Senhor D. João VI, os reinos de Portugal e Algarves se tornaram a reunir ao Brazil sob a corôa do sr. D. Pedro, não tinha este o direito de os separar. Nem se argumente com o que fez o Senhor D. João VI, reconhecendo o tractado de 29 de agosto de 1825; foi a isso obrigado pela lei da necessidade: a tanto o levou um filho ingrato, e um vassallo rebelde.

Uma das primeiras obrigações, que a lei impõe ao monarcha portuguez, é a conservação da integridade da monarchia, a que era obrigado sob juramento que prestava antes de começar a governar.

Se D. Sancho I deixou Montemor á infanta D. Thereza, e Alemquer á infanta D. Sancha, D. Sancho II obrigou-as a render-lhe homenagem, dizendo que seu pae não podia alienar bens da corôa.

Não prova menos o exemplo de D. Affonso V: quando, voltando de França, querendo tornar menos pesado o governo, assentou repartil-o com seu filho D. João, dando a este o governo de Portugal e reservando para si o do Algarve: «Não pôde, Senhor, lhe disse o filho, haver dois reis em Portugal, e a vós só pertence sel-o, desde que estaes aqui.

D. Manuel, ou por cansado, ou, como dizem os chronistas, desgostoso por alguns reveses que tinha soffrido na Africa, chegou tambem a conceber o pensamento de se restringir ao governo dos Algarves; mas, sabios e prudentes conselheiros, lhe mostraram que a lei lh'o não permitia.

Mas, o sr. D. Pedro não se pren-

deu com isso; na hypothese de ser soberano de Portugal, Algarves e Brazil, deu a sua filha, a princeza do Grã-Pará, o reino de Portugal e Algarves e reservou para seu filho o sr. D. Pedro II o Brazil.

Aqui temos um attentado contra a integridade do paiz e outro contra os direitos de seu filho.

Da integridade do paiz parece que aquelle sr. se tinha declarado inimigo jurado!

Feriu-a, pondo-se á frente do movimento separatista do Brazil; feriu-a, segunda vez, na hypothese de ter succedido a seu pae, abdicando a corôa de Portugal na sr.^a princeza do Grã-Pará.

Mais respeitador de nossos direitos foi Philippe II de Hespanha, que, antes de começar a governar, deu solenne juramento de guardar todos os nossos fóros; o sr. D. Pedro attentou contra o principal d'elles: a integridade do paiz.

Já dissemos que fallavamos na hypothese do sr. D. Pedro ser o rei legitimo de Portugal, por morte do sr. D. João VI, hypothese que não admittimos, enquanto o sr. procurador geral da corôa e fazenda não nos elucidar ácerca das duvidas que temos a este respeito, e que apresentámos a sua ex.^a

Mas, ainda n'esta hypothese poderia o sr. D. Pedro abdicar em quem quizesse? E' claro que não: o rei não pôde abdicar senão no seu legitimo successor.

Já mais se viu decidirem os reis de Portugal da successão do reino, ainda quando em alguns casos o tentaram.

Não conseguiu Fernando I que lhe succedesse no throno D. Beatriz, apezar das clausulas a este respeito estipuladas no contracto matrimonial; as côrtes de Coimbra

acclamaram D. João I. E a D. João II, apesar das tentativas que, segundo alguns auctores, fez a favor de D. Jorge, seu filho natural, succedeu o duque de Beja, D. Manuel, o venturoso.

O sr. D. João VI foi forçado pela guerra, que o sr. D. Pedro lhe fez, apoiado pela intriga diplomatica, a assignar o tractado de separação do Brazil; mas não se julgou com o direito de determinar quem havia de ser o seu successor. E, quando o determinasse, tal determinação a nada nos obrigava, porque o throno deve seguir a ordem que o direito lhe marca, e, quando haja duvida, não compete ao rei, mas ás côrtes, o resolvel-a.

O sr. D. Pedro, porém, não seguiu os exemplos que os seus maiores lhe legaram, e por isso, não respeitando a lei, declarou-se superior a ella, dispondo do throno de Portugal a seu bel prazer.

Poderia fazel-o? Cremos que não, mas o sr. procurador geral da corôa e fazenda nos esclarecerá a este respeito.

Nós tínhamos dito que nas abdições ha dois pontos essenciaes a discutir: Saber, se quem abdica tem o direito de o fazer, e se a pessoa, em quem abdica, é aquella que por direito lhe deve succeder.

Poderia o sr. D. Pedro, tendo um filho, abdicar em sua augusta filha? Este ponto está fóra da discussão; a lei só chama as filhas á successão, quando não ha filho.

O sr. D. Pedro, porém, não se prendia com estas cousas. Acostumou-se a tratar como escravos estes pretos que tinha cá no sul da Europa; primeiro, mandando zurzir os que apanhou no Brazil, quando tinham o *atreuimento* de querer continuar a ser portuguezes; depois,

dando-lhes caça no mar, para o que armou corsarios; e por fim impondo-lhes uma *ei* e dando-lhes soberrano de sua escolha!

Os portuguezes, dignos d'este nome, conheceram o que lhe deviam, e o que d'elle tinham a esperar; e foi por isso que se armaram em massa para o receberem com *as honras* devidas. Succumbiram á quadrupla alliança.

Não admira o que o sr. D. Pedro fez; admira que n'este paiz houvesse quem lhe levantasse estatuas.

XV

Nunca houve tyranno que se não julgasse muito humanitario, nem despota que se não admirasse da brandura e amizade com que tractava as suas victimas. Assim, não duvidou o sr. D. Pedro intitular-se libertador!!! Nem para o provar necessitava mais de que o famoso decreto de abdicção.

Dissemos, e cremos que bem, que, em um documento d'esta ordem, havia primeiro que tudo necessidade de apreciar os direitos de quem abdica, e os da pessoa a favor de quem se faz a abdicção; ácerca d'estes dois pontos já apresentámos ao sr. procurador geral da corôa algumas duvidas; agora para terminar o assumpto, lançaremos uma rapida vista sobre os termos do decreto, ou causas que obrigaram o sr. D. Pedro a abdicar; diz elle:

«Faço saber... que sendo incompatible com os interesses do império do Brazil e os do reino de Portugal, que eu continue a ser rei de Portugal, Algarve e seus dominios, e querendo felicitar os ditos reinos, quanto em mim couber: hei por bem abdicar...»

pessoa de minha filha a princeza do Grã-Pará, para que ella, como sua rainha regente, os governe independentemente d'este imperio...»

Não era o sr. D. Pedro o competente para julgar da incompatibilidade em que estavam os interesses de Portugal com os do Brazil; as côrtes, cremos nós, e o sr. procurador geral nos esclarecerá a este respeito, eram o unico tribunal onde esta questão podia ser legalmente decidida.

O contrario d'isto não pôdem os juriconsultos deixar de qualificar de tyrannia, porque o é todo o acto de um principe que esteja em opposição com a lei fundamental do estado.

Que significam tanto a carta como o decreto da abdicção?

Que o sr. D. Pedro aboliu a lei fundamental do estado; seguindo-se que ainda quando não tivesse perdido o direito de successão pela independencia do Brazil, abolida a lei fundamental, que direito podia invocar para subir ao throno de Portugal? O principe que attenta contra a lei, que lhe dava o throno, não pôde ser rei, porque não tem razão de o ser, nem fundamento para o ser.

Este principio não é de direito publico portuguez, é de direito publico universal, foi elle quem auctorizou Vasco Rodrigues Leitão a dizer a D. João, rei de Castella, por ter violado as condições do direito: «*Vós quebrastes as condições do vosso casamento, e antes de tempo, e sem fundamento algum, tomastes as armas para conquistar um reino que dizíeis que era vosso; perdestes o direito d'elle.*»

Não argumentou de outro modo a convenção nacional contra Jay-

me II de Inglaterra, decretando em 1689:

«Que tendo-se esforcado el-rei Jayme II por destruir a constituição do reino, violando o contracto celebrado entre o rei e o povo; que tendo dado golpes repetidos nas leis fundamentaes do Estado, se julgava o throno vago.»

E outros exemplos poderíamos citar. Mas, a quem se pôde com melhor fundamento applicar este principio que ao sr. D. Pedro? Annulla o pacto nacional, para decretar uma carta que ninguém lhe pediu, nem elle tinha direito de decretar, roubando assim á nação os seus melhores direitos e privilegios; rasga as leis de Lamego, Coimbra e Lisboa; viola os juramentos de D. Affonso I, de D. João I, de D. João IV e de seu proprio pae.

Estes factos o fariam perder o direito á corôa de Portugal, na hypothese de o não ter já perdido pelo tractado de separação do Brazil, e pelos actos que o precederam.

O decreto da abdicção é um documento monstruoso, todo elle revela o despotismo do homem, a quem levantam estatuas em nome da liberdade.

D. Pedro julga-se com auctoridade bastante para dispôr do reino de Portugal de seu *motu proprio*, como elle mesmo diz, sem dependencia de ouvir o povo, o povo que, no momento de se constituir o reino, se declarou livre, nós *liberi sumus*, exercendo sempre de facto e de direito essa liberdade, como o dizem as côrtes de Lisboa e as de Coimbra; depois, asseverando possuir uns inauferiveis direitos á corôa de Portugal, calcando todas as leis de successão, e co-

mo se não tivesse um filho do sexo masculino, declara, ainda *motu proprio*, que abdica a corôa de Portugal em sua filha. E como se isto fosse ainda pouco, como se não estivesse saciado de humilhar os portugueses, com essa serie de factos e decretos, que ahi ficam para eterna vergonha dos que lhe levantam estatuas, declara que abdica a corôa de Portugal em uma princeza brasileira, diz elle, na princeza do Grã-Pará!!

Não procedeu com tanto desprezo da lei o proprio Filippe II; as côrtes de Thomar o testificam.

E por fallarmos em Filippe II, pede a justiça que declaremos que foram por elle tractados com muito mais respeito, do que pelo primeiro imperador do Brazil, os portugueses.

Para tractar dos negocios de Portugal havia secretarios de estado portuguezes, e nunca veio de Madrid para Portugal uma lei referendada por um Francisco Gomes qualquer.

Ha tambem no tal monstruoso decreto uma expressão que de certo não envolve nullidade, nem é attentatoria da nossa dignidade, comtudo não podemos deixar de fazer reparo n'ella, porque pecca por um dos extremos: ou é de um verdadeiro ridiculo, ou é tão sublime que não chega lá a nossa comprehensão: o sr. D. Pedro abdica em sua filha, a princeza do Grã-Pará, os reinos de Portugal e Algarves, para que ella os governe como sua *rainha regente* e independentes do imperio!! A tal rainha regente não sabemos o que é, mas na palavra *independentes do imperio* não podemos deixar de vêr mais um insulto!!

Pela letra do decreto parece que

nós estavamos dependentes do imperio, mas que a generosidade do dador foi tanta que, não só nos concedeu a carta d'alforria, e com ella a sr.^a princeza do Grã-Pará, mas nos fez independentes do Brazil!

E ainda ha quem se admire de se lhe ter levantado uma estatua no Rocio! Uma estatua para tão grande sr. é pouco! Levantem-lhe milhares d'ellas, que no pedestal de cada uma mandaremos affixar uma copia do decreto da abdicção, para justificar os seus amigos:

Ceci tuera cela!

XVI

Tanto mais liberaes do que o sr. procurador geral da corôa e fazenda, quanto o legitimista o é mais do que o revolucionario, vamos hoje convidar sua ex.^a a considerar uns direitos, a que não faz a mais leve referencia no seu longo e assás bem elaborado parecer. *De minimis non curat prætor.*

Vimos fallar-lhe nos direitos do reino, nos direitos do povo.

Nos differentes campos em que estamos, não podemos considerar do mesmo modo a entidade do povo.

O povo, na escola de sua ex.^a, serve para pagar tributos, e para, a troco de quatro banalidades lisongeiras o levarem á urna, a fim de crear posição commodá e brilhante aos filhos mimosos da revolução, ou a algum ex-legitimista, a quem seja necessario pagar a apostasia. Na nossa escola, pelo contrario, o povo é a primeira entidade do paiz; e como tal, ao constituir a monarchia, reservou para si direitos que os reis legitimos de Por

tugal sempre guardaram e fizeram guardar.

Nos liberi sumus— disseram os bons portuguezes em Lamego, quando entregavam a corôa a D. Affonso, legando-nos ao mesmo tempo o direito de o repetirmos, sempre que a occasião o exigisse. Usando d'esse direito, não se mostraram menos energicos, nem menos zelosos da sua liberdade, os portuguezes de 1385 e os de 1641.

Nem era necessario, façamos justiça aos nossos reis legitimos, que o povo lhes lembrasse os direitos que tinha, eram elles que se apresentavam, reconhecendo-lh'os em todas as occasiões solemnes.

D. Affonso Henriques não se contentou com a aclamação que o exercito lhe fez no Campo de Ourique; e embora tivesse a seu favor, além do prestigio da victoria, as espadas de todos aquelles bravos, não ousou pôr a corôa na cabeça sem que a nação, legitimamente representada, lh'o permitisse.

Em quanto o *feroz despotismo* dominou o reino, jámais houve duvida ácerca da successão que não fosse decidida pelos Tres Estados; como nenhuma regencia exerceu poderes magestáticos, sem previa auctorisação dos mesmos Estados. Estava reservado ao *libertador* prescindir do voto da nação, tanto para uma como para outra coisa!

E o Senhor Dom Miguel fez o que tinham feito os seus augustos predecessores. Bem sabia Elle que seu irmão já era brasileiro, quando seu pae morrera, e que por isso não podia ser rei de Portugal; mas como sobre o ponto se podia suscitar questão, especialmente estando já o paiz agitado pelo espirito revolucionario, o Senhor Dom Mi-

guel usando do *despotismo* que lhe era peculiar, e que fôra, como já dissemos, sempre seguido pelos seus augustos antecessores, convocou os Tres Estados, entregando-lhes a decisão do pleito.

Foi um acto summamente deliado, e que mostrou como, para aquelle Augusto Senhor; a lei era a primeira coisa. Se á força do direito preferisse o direito da força, não tinha necessidade de convocar os Estados, por isso que tinha do seu lado todo o povo portuguez. A convocação foi, porém, de grande vantagem, pois que ao mesmo tempo definiu o seu caracter, provou legalmente os seus direitos, e deu-lhe uma grande superioridade aos olhos de todo o homem recto e imparcial, sempre que seja necessario confrontal-o com seu irmão.

Dizia um estadista em 1828:

«A nação necessita um rei, mas não deve subir ao throno principe que não reuna todas as condições requisitadas pela lei; porque o rei se não tiver o legitimo direito de o ser, não pôde impôr aos vassallos o dever de o seguirem e de lhe obedecerem.»

O Senhor Dom Miguel, depois do senado da camara de Lisboa, interpretado pelos seus municipes, lhe ter pedido que se fizesse acclamar rei; depois de chegarem a suas mãos pedidos identicos das outras camaras municipaes do paiz; depois do povo, de uma a outra extremidade do reino, o ter acclamado, não ousa dizer-se Rei, mas entrega o pleito aos juizes competentes, aos Tres Estados do Reino.

Porque não fez o mesmo o sr. D. Pedro? E aqui viemos encontrar a causa, porque elle, nos mimoseou com a carta.

Não se atrevendo a apresentar-se ante a representação nacional, por não ter que allegar em seu favor, saltou por cima de tudo, declarou que tinha direitos inauferíveis á corôa, e que d'ella podia dispôr a seu bel-prazer, offerecendo-a por isso a sua filha!

E a revolução chamou-lhe libertador, levantou-lhe estatuas, e ainda hoje, pela bocca do sr. procurador geral da corôa, chama *usurpador* ao Senhor Dom Miguel!!!

Não lh'o chamará porém a historia, quando não imparcial a escrever; pelo contrario, com o homem de estado a que acima nos referimos, dirá:

«Dom Miguel foi Rei, porque o direito o chamava, a lei o proclamou, e o povo o elegeu.»

E dizia bem aquelle estadista; pois se não se pôde chamar suffragio universal o grito unisono, com que as povoações o proclamaram, não sabemos a que se possa dar este nome.

No seu bom senso dizia o povo ser aquelle o Rei que lhe convinha, vendo n'elle o herdeiro do fundador da monarchia, e de D. João I, por ser o legitimo representante de D. João IV.

Mas negocio de tanta monta não era para se decidir com a precipitação propria do enthusiasmo popular; devia ser maduramente estudado, para que se visse ser elle o unico apto para reinar, por ser o unico chamado pela lei, apontado pelo direito. Foi o que fizeram os Tres Estados.

XVII

Podemos affirmar que, depois do primeiro de dezembro de 1640,

não teve Portugal dia de tanto enthusiasmo como o 22 de fevereiro de 1828.

Logo que a artilheria de S. Julião da barra annunciou que a fragata *Perola* entrara o Tejo, a população da capital correu em massa aos caes para vêr o Senhor Infante; os primeiros foram os mais felizes, porque acharam botes, para irem encontrar a fragata; os outros resignaram-se a esperar em terra o desembarque de Sua Alteza.

A fragata larga ferro em frente de Belem, e o Principe é recebido com as mais freneticas acclamações do povo: *Viva o Senhor Dom Miguel!*—gritavam todos, sem distincção de sexo, idade ou classe.

O enthusiasmo crescia de dia a dia; uma voz unanime pedia ao Senhor Infante que se declarasse rei.

Sua augusta mãe, a Senhora Dona Carlota Joaquina, fazia annos no dia 25 de abril, houve por isso recepção no paço; uma parte da população da capital correu á Ajuda, e em frente do palacio repetiam milhares de boccas as mais estrondosas acclamações; n'esse dia já ninguem recusava ao Senhor Dom Miguel o titulo de Rei. E com este mesmo titulo era Elle acclamado por toda a Lisboa, confluindo todos os grupos dos acclamadores para a porta do senado da camara. Os vereadores não querendo, nem devendo, estar em divergencia com os seus municipes, veem á janella e, desenrolando o estandarte, proclamam: *Real, Real, Real, pelo Senhor Dom Miguel I Rei de Portugal*. Uma deputação do senado parte immediatamente para o real paço da Ajuda, e apresentando ao Senhor Dom Miguel

os votos do povo, pede-lhe que, annuindo a esta espontanea manifestação, se declare rei.

Aquelle Augusto Senhor, para quem foi sempre axioma ser a lei superior ao rei, agradece ao senado, e pede-lhe que em seu nome agradeça ao povo da capital a expressão de taes sentimentos; mas que lhe lembre que «a sua própria dignidade e a honra da nação portugueza exigem que objectos tão graves sejam tratados pelos meios que estabelecem as leis fundamentaes da monarchia.» En'esse mesmo dia foi expedido um decreto pelo qual o Senhor Infante respondia mais explicitamente á representação que lhe fizera o povo da capital.

Nem se diga que a manifestação da capital foi um d'esses vivórios, que meia duzia de espertos, á custa de meia duzia de libras, arranjaram em certos e determinados dias; providencialmente, o senado mandou abrir uma das suas salas e collocar sobre as mesas cadernos de papel para os que quizessem inscrever n'elles o seu nome, pedindo ao Senhor Infante se declarasse Rei. A affluencia de signatarios foi immensa; corriam todos á portia desde o mais distincto aristocrata até ao laborioso artista.

Emquanto a capital dava este testemunho de fidelidade aos direitos creados e garantidos pelas nossas leis fundamentaes, e de amor ao Principe que tão sympathico se tornára ao reino e á Europa pela sua heroicidade de 1823, mandavam todas as camaras do reino eguaes pedidos, e, não poucas, fizeram mais, mandaram logo os autos de aclamação: entre estas podemos notar Nellas, então presidida pelo seu juiz de fóra, o sr. José

Bernardo da Silva Cabral, uma das primeiras que acclamou rei o Senhor Dom Miguel.

A Universidade, as cathedraes e todas as outras corporações tomaram parte n'este movimento geral a favor do Principe, que aos seus direitos e aos louros colhidos em 1823 podia com verdade juntar o titulo de *Eleito do Povo*.

Mas não se podia Sua Alteza conformar com estas manifestações, embora lhe fossem muito gratas, por serem um irrecusavel testemunho da amizade que lhe tinha o povo portuguez; queria que as coisas se fizessem, como elle disse á deputação do senado da camara de Lisboa, por modo conveniente á sua propria dignidade e á honra da nação portugueza, e por isso, por cartas datadas de 6 de maio de 1828, dirigidas ás camaras de todas as cidades e villas do reino, que tinham assento em côrtes, foram ellas convidadas a eleger os seus procuradores ás côrtes, que se deviam reunir em Lisboa no praso de trinta dias.

E a um Rei que teve a seu favor o voto geral da nação; a um Rei que o tribunal competente declarou legitimo, fudando-se para isso nas constituições do reino; a um Rei que foi reconhecido por mais de uma potencia, e que de facto governou o paiz por seis annos, nega o sr. procurador geral da corôa até os direitos de belligerante!!!

Aos homens grandes nunca faltam detractores, nem ha bemfeitor que não encontre ingratos.

Este empenho com que o sr. procurador da corôa pretende rebaixar o Senhor Dom Miguel a ponto de nem querer conceder-lhe as honras de belligerante, faz-nos

lembrar, *si parvis componere magna licet*, um franciscano, muito entusiasta pelo marquez de Borba, tanto pelas qualidades que reunia este honrado fidalgo, como pelos obsequios que a sua familia lhe devia, mas que depois se indispôz com o marquez, e estava sempre não de espada alçada, mas de lingua afiada contra elle.

Um dia, quando a excellencia principiava a descer, notava-se em uma sala a semcerimonia com que F. e B., que nem senhoria tinham, recebiam excellencia.

A isso acode o frade:

«Não admira; tambem o marquez de Borba já quer excellencia.»

Mas se o sr. procurador geral da corôa leva tão longe o seu espirito partidario, não faltou ao Senhor Dom Miguel quem, para o indemnizar d'estas aberrações, se lhe conservasse fiel. Lembra-nos, entre outros, o seguinte exemplo: Quando o nosso excellente amigo e collega, o dr. Antonio Joaquim Ribeiro Gomes d'Abreu foi chamado á Allemanha para se encarregar da educação do Filho e Herdeiro d'aquelle Augusto Senhor, dirigiu-se a todas as pessoas das suas relações para lhes fazer os seus cumprimentos de despedida, e perguntar se queriam alguma coisa para a Familia Real.» Quero, sim senhor, lhe respondeu uma respeitavel senhora, que na occasião vivia em Braço de Prata, e era viuva do sr. desembargador Ferrão, quero que diga a El-Rei que ainda aqui vive a viuva de um dos seus desembargadores e que até ao ultimo momento lhe ha de ser tão fiel, como seu marido lhe foi.» E não pronunciou estas palavras sem que lagrimas de ver-

dadeira saudade e da mais pura fidelidade lhe humedecessem o venerando rosto. Esta scena passou-se na presença de duas testemunhas, cujos nomes podiamos citar ao sr. procurador geral da corôa e fazenda.

XVIII

Reuniram-se, pois, os Tres Estados, sem que faltasse nenhuma das condições que a lei ou o costume prescrevia, para que as suas deliberações tivessem o cunho da verdadeira legalidade.

Nem vem fóra de proposito notar aqui que aquellas côrtes reuniam á legalidade da origem terem uma independencia, e por consequencia uma liberdade, de que absolutamente carecem as côrtes pelo systema da carta; compunham-se de tres casas ou camaras; a do clero, a da nobreza e a do povo; na primeira e na segunda não podia o Senhor Infante metter uma unica pessoa,—não havia para alli o systema das fornadas,—como não podia fechar a porta a nenhum d'aquelles que tinham direito de alli entrar; á terceira casa, ou á camara do povo, vinham aquelles que as municipalidades mandavam, era esta uma camara electiva, mas com mais garantias de independencia do que a actual camara dos deputados. Ficando isto notado de passagem, vamos ao assumpto.

Reunidos os Tres Estados no dia 23 de junho de 1828, o ex.^{mo} bispo de Vizeu, o Senhor Dom Francisco Alexandre Lobo, apresentou-lhes o ponto que tinham a discutir, recitando o chamado *Discurso de Proposição*.

Sua ex.^a rev.^{ma} historiou brevemente o que se tinha passado no

reino, depois da chegada do Senhor Infante, e como Sua Alteza, respeitando profundamente a lei, não dava o seu consentimento ao pedido d'aquelles que o queriam aclamar Rei, por isso que o reino tinha, desde a sua fundação, leis que regulavam quem devia succeder no throno, e para os casos litigiosos o tribunal a quem de direito competia a decisão, pelo que mandara convocar este tribunal, os Tres Estados; e continuando, disse:

«Se o brado d'estas leis respeitáveis, ou, o que é o mesmo, se o direito fundamental da monarchia chama o nosso Principe á successão da corôa, não pôde elle deixar de se lisongear de presidir, por tão sagrado título, a uma nação generosa. Mas é com effeito chamado, n'este caso, pelas leis á successão da corôa portugueza? Esta é a questão relevantissima, que o interesse geral requer, e que o Augusto Principe deseja que se resolva sem grandes demoras, porém sem detrimento da madureza, que diz com a sua muita importancia... Olhem os vindouros para a presente reunião e seus resultados, com a mesma consideração e agradecimento, com que nós olhamos ainda agora para as reuniões de 1385 e de 1641.»

Cada um dos Estados se reuniu separadamente para discutir tão grave assumpto.

O marquez de Lavradio não tomou assento no braço da nobreza, porque tendo sido eleito pelos povos de Torres Vedras como seu procurador, preferiu esta procuração ao logar que o seu nascimento lhe dava no braço da nobreza; em uma das salas do magnifico convento de S. Francisco da Cidade,

tinha as suas conferencias o braço do povo, e logo na primeira aquelle tão virtuoso como sabio fidalgo pronunciou um discurso em que provou, a nosso ver, exuberantemente a legitimidade do Senhor Dom Miguel.

Póde ser que estejamos em erro, mas o sr. procurador geral da corôa nos elucidará a este respeito.

Fazendo a comparação dos direitos dos dois Principes, disse o marquez: «O Senhor Dom Miguel é portuguez; o sr. D. Pedro é estrangeiro.» Que diz a isto sr. procurador geral da corôa?—tinha, ou não tinha razão o marquez de Lavradio?

Oiça mais: «O Senhor Dom Miguel desembainhou a espada para defender os direitos de El-Rei seu pae, e as leis do paiz;—o sr. D. Pedro declarou guerra á nação portugueza, declarando-se seu inimigo.»

Parece-nos que o marquez não necessitava apresentar mais argumentos para levar todo o homem, que se prezasse de portuguez, a votar a favor do Senhor Dom Miguel e contra o sr. D. Pedro; não acha sr. conselheiro?

E que o sr. D. Pedro era estrangeiro nem v. ex.^a pôde negar; porque ha-de conhecer de certo a lei fundamental do imperio do Brazil, e se não conhecia o tractado de separação, quando escreveu o seu parecer, decerto o conhece agora, depois das considerações que acerca d'elle temos feito.

E que o sr. D. Pedro declarou guerra á nação portugueza ou o não ha-de negar o sr. procurador geral da corôa, ou ha-de provar que elle não escreveu aquella celebre carta em que teve a ousadia de dizer a El-Rei seu pae:—*Vossa*

Magestade como Rei de Portugal e eu como Imperador do Brazil estamos em guerra; ha-de negar mais, ha-de negar as cartas de corso, o preço a que pôz as cabeças dos portuguezes, etc., etc.

O sr. procurador geral, tão versado como é na historia patria, sabe perfeitamente que nas côrtes de 1385, foram declarados inhabeis para a successão do throno os filhos de D. Ignez de Castro pelo crime de lesa-nação, de terem vindo de mão armada contra Portugal, nem teve melhor argumento do que este João das Regras, nem outro era necessario, para pôr aquelles principes fóra do combate. E cremos que o sr. conselheiro ha-de concôrda comnosco em que a sentença que declara aquelles dois principes réus de lesa-nação, não pôde deixar de condemnar o sr. D. Pedro, e com muito mais razão.

Os principes D. Diniz e D. João não declararam guerra a Portugal, tomaram apenas parte na guerra que outrem nos fazia; não mostraram contra nós o odio que aquelle fazia apparecer em todos os seus actos e palavras, nem causaram ao paiz os prejuizos que elle causou. Não está por isto sr. conselheiro?

Depois de expender as razões porque o sr. D. Pedro não podia ser rei de Portugal, e aquellas porque a corôa d'estes reinos tambem não podia passar a sua augusta filha, a princeza do Grã Pará, o orador termina assim o seu discurso: «Em conclusão de tudo o que acabo de expender, tanto por mim, como em nome dos povos que represento, não reconheço, nem reconhecerei jámais como Rei e Senhor legitimo e natural dos portu-

guezes, senão o Senhor Dom Miguel I.»

Outras conferencias teve ainda o braço do povo, em que a materia foi tratada e brilhantemente elucidada por alguns dos seus membros, e por fim decidiram que desde o dia 10 de março de 1826 a corôa era do Senhor Dom Miguel.

Ao mesmo tempo conferenciavam os outros braços sobre o ponto em questão, e não podemos deixar de fazer especial menção da maneira precisa como foi tratada pelo braço da nobreza, que se fundou especialmente nas decisões das côrtes de 1641. Estavam ainda escorrendo sangue as feridas que nos tinham feito os Filippes, e por isso o principal cuidado d'aquellas côrtes foi prevenir que o throno fosse uma outra vez occupado por estrangeiros e por isso estabeleceram:

1.^o—Que só podia reinar em Portugal principe portuguez, e que residisse no reino.

2.^o—Que, no caso de se reunir ao reino de Portugal algum outro reino maior, estas duas corôas se separariam por morte do Rei, succedendo no reino maior o primogenito dos seus filhos, e no menor o segundo.

3.^o—Que no caso de occorrer duvida sobre quem seja o legitimo successor da monarchia por morte do ultimo Rei, a decisão d'esta duvida seja entregue aos Tres Estados.

Aqui, viu aquelle braço razões sufficientes para decidir unanimemente que a corôa pertencia ao Senhor Dom Miguel, prescindindo por isso de apontar muitas outras.

E por unanimidade decidiu tambem o braço do clero que as leis do paiz excluam do throno portu-

guez o sr. D. Pedro e sua descendencia, chamando por consequencia á successão o Senhor Dom Miguel.

No artigo seguinte daremos conta do assento feito em commum pelos Tres Estados do reino.

XIX

No dia 11 de julho de 1828, os Tres Estados do Reino, refundindo em um só corpo as razões que levavam cada um d'elles a decidir que o Senhor Dom Miguel era o legitimo herdeiro da corôa de Portugal, lavravam um assento em que depois de ponderarem:

Que as leis do reino tinham excluido o sr. D. Pedro da successão á corôa, *pelo menos*, desde 15 de novembro de 1825, tornando-se por isso claro que a corôa portugueza pertenceu ao Senhor Dom Miguel desde 10 de março de 1826;

Que a sr.^a D. Maria da Gloria não podia ser chamada á successão, porque, tendo seguido a condição de seu pae, se tornara tão estrangeira como elle, e que, quando assim não fosse, nem por isso podia receber direito de successão d'aquelle, por quem unicamente lhe podia ser transmittido, por estar pelas leis privado d'esse direito no referido dia 10 de março de 1826;

Que, excluido o sr. D. Pedro e sua descendencia, as leis chamam indisputavelmente á successão a segunda linha;

Que podendo ser que algumas pessoas desconhecessem as leis fundametaes do paiz, os Tres Estados lembram aquella resolução litteral e clarissima das côrtes de Lamego: «Não queremos que o reino em tempo algum passe a es-

trangeiro.» Principio pelo qual a sr.^a D. Beatriz foi excluida da successão ao throno por morte de el-rei D. Fernando;

Que as leis teem por titulos de exclusão á successão da corôa, tanto a falta de naturalidade, como a impossibilidade de residencia no reino;

Que tanto esta prevenção das leis, como a opinião nacional de clarada em varias epochas, excluíram do direito de successão á corôa portugueza o sr. D. Pedro, e na sua pessoa, como é em direito obviamente reconhecido, todos os seus descendentes, por ser estrangeiro por escolha, preferencia propria e tratados, e sem ter residencia possivel no reino;

Que devendo a exclusão principiar no mesmo ponto, em que principiaram os seus motivos ou fundamentos essenciaes, é por isso anterior a 10 de março de 1826, etc., etc.

Concluem: «O que tudo bem attendido e gravemente ponderado, os Tres Estados do Reino, achando que leis clarissimas e terminantes, excluíram da corôa portugueza, antes do dia 10 de março de 1826, o sr. D. Pedro e seus descendentes, e por isso mesmo chamaram, na pessoa do Senhor Dom Miguel, a segunda linha; e que tudo o que se allega, ou pode allegar em contrario é de nenhum momento: reconheceram unanimemente e declararam em seus assentos especiaes, e n'este geral reconhecem e declaram, que a El-Rei o Senhor Dom Miguel Primeiro pertenceu a dita corôa, desde o dia 10 de março de 1826: e que por tanto se deve reputar e declarar nullo o que o sr. D. Pedro na qualidade de rei de Portugal, que

não lhe competia, praticou e decretou.»

Os Tres Estados, por delicadeza com a Familia Real, e especialmente para com o Senhor Dom Miguel, tocaram apenas de leve os pontos essencialissimos, cada um dos quaes seria bastante, e, se estamos em erro, pedimos ao sr. conselheiro que nos elucide, para excluir o sr. D. Pedro da successão ao throno, limitando-se a escrever as seguintes linhas:

«Tambem não fugiram aos Tres Estados armas civis, violação affrontosa das leis patrias, arrogações de auctoridade exorbitante, ou antes despotica: em summa não se esqueceram da veneravel patria, ou atacada com furor hostil, ou desattendida e insultada nos seus direitos e na sua dignidade. Mas tem repugnancia, como já se disse, a tocar em feridas ainda mal curadas e muito mimosas; e entregam o desaggravo da patria offendida e ultrajada á Justiça da Divina Providencia, e além disso á confusão dos proprios culpados, e á censura severa do mundo contemporaneo e da posteridade.»

Offerecem-se nos duas perguntas que vamos apresentar ao sr. conselheiro procurador geral da corôa:

Os Tres Estados eram ou não o tribunal competente para decidir esta questão?

E colhem ou não colhem as razões por elles apresentadas?

Nós, com franqueza, não necessitamos, n'este ponto, do voto do sr. procurador geral da corôa; temos tantas e tão valiosas opiniões que respondem a estas perguntas pela affirmativa, que podemos prescindir da de sua ex.^a Entre outras ha uma que reputamos de grande

valia, por ser de individuo que pelo seu muito saber estava no caso de ser juiz na materia, e pela sua probidade e consciencia era incapaz de sentir uma coisa e dizer outra; o sr. procurador geral talvez conhecesse o cavalheiro a que nos referimos, e se o conheceu ha-de concordar connosco ser de muito peso o seu voto pelo seu saber e pela sua honra; fallamos do sr. conselheiro e desembargador do paço João de Carvalho Martens da Silva Ferrão.

O sr. procurador geral da corôa não estava de certo bom quando quiz até negar ao Senhor Dom Miguel a qualidade de belligerante! Não se lembrava d'esta decisão dos Tres Estados; não se lembrava de certos principios de direito que lhe temos apresentado; não se lembrava de que o Senhor Dom Miguel reinou seis annos, reconhecido por tres nações; não se lembrava sobre tudo de que teve uma popularidade inexcédível.

D'esta popularidade ninguem o pôde informar melhor do que o sr. Martens Ferrão; pergunte-lhe, sr. conselheiro, pergunte-lhe, e verá que elle lhe diz exactamente o mesmo que nós lhe dizemos. Ha-de lembrar-se ainda do enthusiasmo com que cantava connosco o *rei chegou*. V.^a ex.^a talvez não saiba, porque é muito creança, o que era o *rei chegou*. Era um hymno altamente popular, um hymno que tinha uma grande significação politica... Um hymno feito pelo povo, e cantado entusiasticamente por todo o povo, desde a capital até á mais pequenina aldeia de nossas provincias. Musica e letra, era tudo obra do povo, e tudo com um inquestionavel sainete nacional. Olhe, falle n'isto

ao sr. Martens Ferrão, talvez que elle se lembre ainda d'aquelle hymno; era tão portuguez, tão sympathico, que até o sr. conselheiro, se o sr. Martens Ferrão o cantar, ha-de gostar d'elle.

XX

«Cremos ter completamente desfeito o famoso parecer do sr. procurador geral da corôa sobre o empréstimo portuguez de 1832; nem nos resulta grande gloria do triumpho, porque eram de tão má tempera as armas que s. ex.^a esgrimia, que para as desfazer bastava tocar-lhes:

«Não é o governo obrigado a pagar aquelle empréstimo, diz o sr. procurador geral, porque foi feito por um governo illegitimo. «Logo que se prove que o governo não era illegitimo está por terra toda a argumentação d'aquelle alto funcionario, e os crédores no direito de dizerem ao governo de Portugal:

«Paga, porque és a isso obrigado pelo voto do homem, a quem constituiste em posição de dizer qual era o teu dever n'este caso;

«Paga, porque o teu procurador geral disse que o contracto não obrigava por ser feito com um governo illegitimo, e já houve quem demonstrasse o contrario, e por fórma tal que aquelle funcionario não lhe pode responder;

«Paga, porque o empréstimo não foi contractado por um individuo, mas pela nação; porque se o rei, quando é legitimo, representa a nação, que se poderá dizer de Dom Miguel, que ao seu título de legitimidade hereditaria, reconhecido pelo unico tribunal que tinha direito para o fazer, renne o voto

de toda a nação, que espontaneamente o acclamou Rei, logo que elle poz pé em terra portugueza?;

«Paga, porque todos os documentos adduzidos pelo teu procurador geral, para provar que a legitimidade estava no primeiro imperador do Brazil, e em sua augusta filha a princeza do Grã Pará, ou nada provava ou provava o contrario;

Paga, porque depois de provada a legitimidade do governo que contrahi o empréstimo, ficam prejudicados todos os outros argumentos de que te serves.»

E assim é, todos os outros argumentos do sr. procurador geral da corôa e fazenda ficam prejudicados; todavia, não pela gloria do triumpho, que o não ha, quando o inimigo se não atreve a enristar a lança, mas para maior honra de s. ex.^a e da causa que defende, passaremos ainda uma ligeira revista ao tão famoso parecer d'aquelle funcionario.

Em 16 de julho de 1832, o governo de Portugal, declarado legitimo pelo voto do tribunal competente, como já vimos; reconhecido como tal por toda a nação, com um enthusiasmo, de que a historia não apresenta talvez exemplo; e reconhecido por tres nações estrangeiras, contrahi em Paris um empréstimo de 40:000\$000 de francos com os banqueiros Outrequin e Jauge.

Quando as tropas liberaes entraram em Lisboa, encontraram parte d'este empréstimo em cofre, sendo uma porção em metal e o resto em letras, que o governo do sr. D. Pedro obrigou a pagar. Esta circumstancia, a nosso ver, é indifferente, porque ainda que estivesse todo gasto, qualquer go-

verno que tomasse a direcção dos negócios do paiz, depois de contrahido aquelle empréstimo, era obrigado a pagal-o; não só pelo direito que os estrangeiros tinham ao dinheiro que emprestaram a uma nação que criam civilizada e como tal respeitadora da fé dos contractos; mas para não prejudicar aquella crença, que o governo devia avaliar em muito mais que as sommas, que a boa fé dos estrangeiros tinha depositado nos cofres do paiz.

Não o entende porém assim o sr. procurador geral da corôa, e julga que, para evitar o pagamento de uma divida, vale a pena trocar a respeitabilidade do nome portuguez por qualquer titulo que os estrangeiros nos queiram dar, em desforço do prejuizo que sofreram com a transição da monarchia tradicional para a monarchia da carta.

Nem foi mais feliz o sr. procurador geral da corôa e fazenda nas razões que procurou, fóra do campo politico, do que tinha sido n'este.

O proprio imperador do Brazil, segundo confessa o sr. procurador geral no seu parecer, declarou, em 30 de julho de 1833, que «repugnava á sua generosidade pôr qualquer obstaculo a que, em tempo conveniente, os fundos encontrados fossem restituídos áquelles a quem se provasse que de direito pertenciam.»

Estranhando nós que o sr. procurador geral, que tão entusiasta se mostra pela memoria do sr. D. Pedro, votasse agora contra esta tendencia equitativa d'aquelle augusto sr., observou-nos um amigo que s. ex.^a fazia isto para evitar que os amigos do sr. D. Pedro o apodassem de incoherente.

Ha não parecer do sr. Mártens Ferrão, perdão, no parecer do sr. procurador geral da corôa, coisas galantissimas, e das quaes s. ex.^a com uma admiravel habilidade conclue sempre: logo não se deve pagar o empréstimo de 1832.

Pedimos ao leitor licença para transcrever algumas linhas d'aquelle famoso parecer:

«Diz a direcção geral da thesouraria, no seu relatorio de 23 de maio de 1876, depois de fallar de diferentes sommas achadas em cofre pertencentes ao empréstimo... e 88:581\$417 em lettras remetidas para Londres, onde para a respectiva cobrança, fóra necessário intentar pleitos, que se achavam ainda pendentes em 1840 segundo o relatorio de 17 de fevereiro d'esse anno.

«Pondera mais a direcção que na thesouraria geral não existe documento algum posterior, que annuncie a cobrança d'aquellas lettras, não havendo por isso meio de se levantar uma conta definitiva.»

Credite posteri! Ao ler estas linhas, parecia-nos que havia justo e muito fundamentado motivo para censurar a repartição geral da thesouraria, e talvez o proprio procurador geral da fazenda, por ser tão pouco solícito nos interesses da fazenda, que sabendo que ha mais de quarenta annos foram para Londres umas lettras no valor de rs. 88:581\$417, e que essa verba ainda não entrou no thesouro, não tem, não diremos o zelo, mas ao menos a curiosidade de indagar se foram pagas ou não as lettras, e onde para esse dinheiro!!

Sobre esta incrível irregularidade não ha direito de fazer a mais minima arguição aos culpados; mas da culpa dos funcionarios por-

«tuguezes, e talvez da propria culpa, deduz o sr. conselheiro procurador geral da corôa e fazenda o argumento contra os crédores a Portugal!!!»

Deve-se confessar que é admiravel!!

Depois publica mais uma columna de algarismos, que confronta uns com os outros, e conclue novamente: «Como se vê do que deixo exposto, não ha uma conta exacta levantada das sommas effectivamente realisadas por aquelle empréstimo (grammatica official) e quaes d'essas encontradas no erario pelo governo *legítimo*; ou que por este fossem realisadas depois pela cobrança das letras referidas.»

D'aqui concluiria qualquer: Essa falta de contas exactas, combinada com os incendios *providenciaes* que tem apparecido aqui e alli, reduziram o paiz ao estado em que está; mas o sr. conselheiro não conclue isso, porque s. ex.^a é homem do seu seculo, pelo contrario diz:

Não façamos arguições aos funcionarios que não cumprem o seu dever; mas aproveitemos a falta da conta que os nossos funcçionarios deviam ter feito e não fizeram, para dizermos aos portadores de titulos do empréstimo de 1832: Os vossos credits não são pagaveis, porque no thesouro não apparece uma conta exacta!

A'vante, sr. conselheiro! o templo da immortalidade espera por v. ex.^a

XXI

Continuando na exposição dos factos, pelos quaes o sr. procurador geral da corôa aconselha ao governo que não pague o emprés-

timo de 1832, parece-nos que sua ex.^a não é muito escrupuloso quando assevera que a exposição que fazem os reclamantes é de todos os pontos *inexacta*.

Os reclamantes historiam a questão, e como testemunhas a seu favor adduzem que «differentes projectos de accordo se trocaram entre os representantes do governo portuguez e os portadores do empréstimo de 1832, deixando-se sempre antever por parte do governo portuguez que *se poderia chegar a uma solução amigavel*.» Aqui não ha inexactidão, aqui ha o facto repetido sempre que o governo de Portugal tem tido necessidade de recorrer ao credito na praça de Pariz.

E' tão desmemoriado o sr. conselheiro, que nem já se lembra de que em 1864, o sr. visconde de Paiva, ministro de Portugal em Pariz, entrou officialmente em negociações com os reclamantes, embora não chegassem a um resultado.

O que sobre tudo irrita o eximio magistrado, é terem-se atrevido os reclamantes a dar a denominação de *rebeldes* aos que militavam ás ordens do governo da rainha! Tem razão, sr. procurador geral, aquillo foi mal feito! Mas que quer? O homem, o auctor do folheto, esteve em Portugal antes de 1852, fez relações com o sr. Martens Ferrão, cavalheiro que então vivia n'este paiz, e hoje cremos vive na lua, e que quando fallava nos portuguezes *fieis*, como hoje diria o sr. conselheiro, tinha o costume, não era por mal, de lhes chamar rebeldes; o homem acostumou-se e assim denomina no seu folheto os portuguezes que levantaram armas con-

tra o Rei legitimo de Portugal, na opinião d'elle e na do sr. Martens Ferrão, mas não na do sr. conselheiro procurador geral da corôa.

Depois invoca varias auctoridades, para provar que o dinheiro pôde e deve ser considerado contrabando de guerra.

Contrabando de guerra considerou o sr. D. Pedro e seus amigos quanto encontraram n'este paiz.

Se os herdeiros do Senhor Dom Miguel reclamassem a restituição das joias, que eram propriedade particular de seu Augusto Pae, e de que o sr. D. Pedro se apoderou; responderia o sr. conselheiro: — não se entreguem, porque são contrabando de guerra;

Quando os herdeiros da Senhora Dona Carlota Joaquina reclamarem a parte que lhes pertence do dote d'aquella Augusta Senhora; responderá também o sr. conselheiro: — não se entrega, porque é contrabando de guerra.

Se os herdeiros do Senhor Dom Miguel viessem pedir a herança da Senhora Dona Maria da Assumpção, diria ainda o sr. conselheiro: — não se entregam, porque é contrabando de guerra.

Todo o Portugal foi contrabando de guerra; tomaram posse do que quizeram, e conservam-se n'elle com o mesmo direito, com que se recusam a pagar o emprestimo de 1832.

O sr. conselheiro mostra uma vasta erudição no direito internacional, pelo que respeita a contrabando de guerra. Mas a citação que com tanto emphase sua ex.^a faz do *direito internacional*, condemna-o; porque são outras as regras que se devem seguir nas guerras civis.

Quando o genio do mal traz a uma nação a maior de todas as

desgraças, a guerra civil, desde que no espaço se perde o ecco do ultimo tiro, o interesse, especialmente do vencedor, é fazer desaparecer, tanto quanto é possível, todos os vestigios da guerra; e, sobretudo, é, além de impolitico, deshumano e profundamente irreligioso e anti-nacional conservar a denominação de inimigos, applicada a uma parte dos filhos da mesma terra.

Não o entende porém assim o sr. procurador geral da corôa; embora acabasse a guerra ha 46 annos, ainda s. ex.^a vê inimigos, onde só devera ver portuguezes! Nós preferiríamos ás abundantissimas citações de direito internacional que o sr. conselheiro faz, que applicasse ao caso aquelle principio tão verdadeiro, tão universal, tão santo: *Res ubicumque est, sui domini est.*

E para dar mais força ao direito internacional, diz ainda o distincto magistrado. «E tanto mais quanto, na convenção pela qual se terminou a guerra, declaração alguma foi feita a semelhante respeito.»

Não nos parece que fosse caso para ser especializado na convenção; mas se o fosse, sr. conselheiro, que vantagem vinha d'ahi aos reclamantes? V. ex.^a aconselharia que esse artigo se cumprisse, como se cumpriram todas os outros artigos d'aquella desgraçada convenção.

Transcreve o decreto de 31 de julho de 1833, em que o sr. D. Pedro manda conservar em cofre separado o dinheiro proveniente do emprestimo de 1832 para ser entregue a quem de direito pertença.

Depois nega ao sr. D. Pedro o poder de decidir esta questão que

de direito pertence às côrtes; *Risum teneatis?* Pois o sr. conselheiro que achou o sr. D. Pedro com auctoridade para substituir a lei fundamental da monarchia pela carta; que lhe reconheceu auctoridade para crear regencias com poderes magestáticos; que lh'a não negou para abdicar o reino em sua filha; não lhe reconhece agora direito para dizer que uns poucos de contos de réis não são do estado; mas que devem ficar de parte para serem entregues a quem de direito pertençam!! E' o caso de se dizer:

Lei do conscoante, a quanto obrigas!
Tu fazes que sejam brancas as formigas!

Muito, tinhamos ainda que analysar no celebre parecer de que nos temos occupado; como muito tinhamos que dizer em relação ao emprestimo portuguez de 1832; mas d'oste tempo já por muitas vezes fallado, d'aquelle não diremos mais por não prolongar a resposta, que já vae assás longa.

E como não queremos que pensem que citamos documentos com a mesma semcerimonia com que os cita o sr. procurador geral da corôa e fazenda, publicaremos como peças justificativas áquelles a que se refere o parecer e a que nós nos referimos, para que se veja se concluem a nosso favor, ou a favor do sr. procurador geral da corôa e fazenda, como elle assegura.

Peças justificativas

I

TRACTADO DA SEPARAÇÃO DO BRAZIL

Carta da confirmação do tractado de reconhecimento da independencia do Brazil.

D. João por graça de Deus, Imperador do Brazil, e Rei de Portugal, e dos Algarves, d'áquem e além-mar em Africa, Senhor de Guiné, e da Conquista, Navegação e Commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc. Faço saber aos que a presente carta de confirmação e ratificação virem, que em vinte e nove de agosto do corrente anno se concluiu e assignou, na cidade do Rio de Janeiro, entre Mim e o Serenissimo Principe D. Pedro, Imperador do Brazil, Meu sobre todos Muito Amado e Prezado Filho, pelos respectivos Plenipotenciarios, munidos de competentes poderes um tractado de paz e alliança, do qual o theor é o seguinte;

Em Nome da Santissima Indivizível Trindade, Sua Magestade Fidelissima, Tendo constantemente no Seu Real animo os mais vivos desejos de restabelecer a paz, amizade e boa harmonia entre povos irmãos, que os vinculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpetua alliança; para conseguir tão importantes fins, promover a prosperidade geral, e segurar a existencia politica, e os destinos futuros de Portugal, assim como os do Brazil; e Querendo de uma vez remover todos os obstaculos, que possam impedir a dita alliança, concordia e felicidade de um, e outro Estado, por seu Diploma de treze de maio do corren-

te anno, reconheceu o Brazil na cathegoria de Imperio Independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e a Seu sobre todos muito Amado e Prezado Filho, D. Pedro, por Imperador, cedendo e transferindo de Sua livre vontade a soberania do dito Imperio no Mesmo Seu Filho, e Seus legitimos Successores, e Tomando sómente, e Reservando para a sua Pessoa o mesmo Titulo. E estes Augustos Senhores, acceitando a Mediação de Sua Magestade Britannica para o ajuste de toda a questão incidente á separação dos dois Estados, Teem nomeado Plenipotenciarios, a saber:

Sua Magestade Fidelissima ao Illustrissimo e Excellentissimo cavalheiro Sire Carlos Stuart, Conselheiro Privado de Sua Magestade Britannica, Gran Cruz da Ordem da Torre e Espada, e da Ordem do Banho.

Sua Magestade Imperial ao Illustrissimo e Excellentissimo Luiz José de Carvalho e Mello, de Seu Conselho de Estado, Dignatario da Imperial Ordem do Cruzeiro, Commendador das Ordens de Christo e da Conceição, e Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros; ao Illustrissimo e Excellentissimo Barão de Santo Amaro, Grande do Imperio, do Conselho de Estado, Gentil-homem da Imperial Ordem do Cruzeiro, e Commendador das Ordens da Torre e Espada e de Christo; e ao Illustrissimo e Excellentissimo Francisco Villela Barbosa, do Conselho de Estado, Gran-Cruz da Imperial Ordem do Cruzeiro, Cavalleiro da Ordem de Christo, Coronel do Imperial corpo de Engenheiros, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Ma-

rinha, e Inspector Geral de Marinha.

E vistos e trocados os seus ple-nos poderes, convieram em que, na conformidade dos principios expressados n'este preambulo se formasse o presente tractado:

Art. I. Sua Magestade Fidelissima reconhece o Brazil na cathegoria de Imperio Independente e separado dos Reinos de Portugal e Algarves, e a Seu sobre todos Muito Amado e Prezado Filho, D. Pedro, por Imperador, cedendo e transferindo de Sua livre vontade a Soberania do dito Imperio no mesmo Seu Filho, e Seus legitimos Successores.

Sua Magestade Fidelissima toma sómente e reserva para a Sua Pessoa o mesmo titulo.

Art. II. Sua Magestade Imperial, em reconhecimento do respeito e amor a Seu Augusto Pae o Senhor D. João VI, annue a que Sua Magestade Fidelissima tome para a Sua Pessoa o titulo de Imperador.

Art. III. Sua Magestade Imperial promette não acceitar proposições de quaesquer colonias portuguezas para se reunirem ao Imperio do Brazil.

Art. IV. Haverá de hora em diante paz e alliança e a mais perfeita amizade entre os Reinos de Portugal e Algarves e o Imperio do Brazil, com total esquecimento das desavenças passadas entre os povos respectivos.

Art. V. Os subditos de ambas as nações portugueza e brasileira serão considerados e tratados nos respectivos Estados como os da Nação mais favorecida e amiga; e seus direitos e propriedades religiosamente guardados e protegidos: ficando entendido, que os

actuaes possuidores de bens de raiz serão mantidos na posse pacifica dos mesmos bens.

Art. VI. Toda a propriedade de bens de raiz ou moveis e acções, sequestrados, ou confiscados, pertencentes aos subditos de ambos os Soberanos de Portugal, e do Brazil, serão logo restituídos, assim como os seus rendimentos passados, deduzidas as despesas da administração, ou seus proprietarios indemnizados reciprocamente pela maneira declarada no artigo VIII.

Art. VII. Todas as embarcações e cargas apresadas, pertencentes aos subditos de ambos os Soberanos, serão similhantemente restituídas ou os seus proprietarios indemnizados.

Art. VIII. Uma commissão nomeada por ambos os Governos, composta de Portuguezes e Brazileiros, em numero igual, e estabelecida onde os respectivos Governos julgarem por mais conveniente, será encarregada de examinar a materia dos art. VI e VII entendendo-se que as reclamações deverão ser feitas dentro do prazo de um anno depois de formada a commissão; e que, no caso de empate nos votos, será decidida a questão pelo representante do Soberano Mediador.

Ambos os Governos indicarão os fundos por onde se hão de pagar as primeiras reclamações liquidadas.

Art. IX. Todas as reclamações publicas de Governo a Governo, serão reciprocamente recebidas e decididas, ou com a restituição dos objectos reclamados, ou com uma indemnização do seu justo valor.

Para o ajuste d'estas reclama-

ções ambas as Altas Partes Contractantes convieram em fazer uma convenção directa e especial.

Art. X. Serão restabelecidas desde logo as relações de commercio entre ambas as Nações Portugueza e Brazileira, pagando reciprocamente todas as mercadorias quinze por cento de direitos de consumo, provisoriamente; ficando os direitos de baldeação e reexportação da mesma forma que se praticava antes da separação.

Art. XI. A reciproca troca das Ratificações do presente tractado se fará na cidade de Lisboa dentro do espaço de cinco mezes, ou mais breve se fôr possível, contados do dia da assignatura do presente tractado.

Em testemunho do que nós, abaixo assignados, Plenipotenciarios de Sua Magestade Fidelissima, e de Sua Magestade Imperial, em virtude dos nossos respectivos Plenos Poderes, assignamos o presente Tractado com os nossos Punhos, e lhe fizemos pôr o Sello das nossas Armas.

Feito na Cidade do Rio de Janeiro aos vinte e nove dias do mez de agosto do anno de mil oito centos e vinte e cinco.

(L. S.) Carlos Stuart. (L. S.) Luiz José de Carvalho e Mello.

(L. S.) Barão de Santo Amaro. (L. S.) Francisco Villela Barbo-
sa.

II

Decreto

Por ser conveniente dar providencia ao Governo d'estes Reinos e Dominios, em quanto durar a molestia, com que presentemente Me acho, para que a suspensão dos negocios, ainda sendo breve, os não accumule de fóma que depois

se faça mais difficullosa a expedição d'elles: Hei por bem encarregar o sobredito Governo á Infanta Dona Izabel Maria, Minha Muito Amada e Prezada Filha, juntamente com os Conselheiros de Estado, Cardeal Patriarcha Eleito, Duque de Cadaval, Marquez de Vallada, Conde dos Arcos e o Conselheiro Ministro e Secretario d'Estado em cada uma das seis respectivas Secretarias de Estado, decidindo-se todos os negocios á pluralidade de votos, sendo sempre decisivo o da dita Infanta no caso de empate: os quaes todos Espero que administrarão justiça aos Meus Fieis Vassallos, e obrarão em tudo mais com o acerto que Desejo: Esta minha Imperial e Real Determinação regulará tambem para o caso, em que Deus seja Servido Chamar-me á Sua Santa Gloria, em quanto o legitimo Herdeiro e Successor d'esta Corôa não der as suas providencias a este respeito. E para que conste desta minha Imperial e Real Resolução, Ordeno que o Conselheiro de Estado José Joaquim d'Almeida e Araujo Corrêa de Lacerda, Meu Ministro e Secretario de Estado, dos Negocios do Reino, depois que este Decreto for por Mim Rubricado, envie a todas as Repartições competentes as Copias d'elle, ás quaes, indo pelo dito Ministro e Secretario de Estado dos Negocios do Reino sobrescriptas, se dará todo o credito como ao proprio original, sem embargo de quaesquer leis, Disposições e Ordens em contrario. Palacio da Bemposta em seis de Março de mil oito centos e vinte e seis.—Com a Rubrica de Sua Magestade o Imperador e Rei Nosso Senhor.

III

Na sessão da camara dos deputados, em 19 de setembro de 1822, p o sr. Bento Pereira do Carmo disse:

«O sr. D. Pedro d'Alcantara, assentando de si para si, que os portuguezes de ambos os hemispheros nasceram para seu bel prazer, tem-se feito arbitrario e despotico, sempre com a capa de constitucional; como se as palavras nos illudissem! Apesar da brandura e moderação, com que as côrtes (a quem teve a bondade de chamar *facciosas* e *pestíferas*) o trataram, tem S. A. tantas vezes reincidido, que já não é possível, sem grande quebra da dignidade nacional, fecharmos os olhos a seus hostis e illegaes procedimentos. Deve pois cessar desde já a sua delegação.... Volte para o seio dos portuguezes da Europa para grangear a sua affeição e amor, que tem perdido pelos seus procedimentos desordenados, mórmente contra a tropa européa, que tantas vezes affrontou a morte no campo da batalha para conservar a corôa á Sua Augusta Dynastia.»

IV

Cartas de D. Pedro

Rio.—Abril 10 de 21.

Meu Pae e meu Senhor.—Com bem desgosto pego na penna para communicar a V. M. do motim, e boatos mui fortes que correm de plano pela cidade. A independencia tem-se querido cobrir com migo e com a tropa, com nenhum conseguiu, nem conseguirá, porque a minha honra e a d'ella é maior que todo o Brazil; queriam-me e dizem que me querem accla-

mar Imperador; protesto a V. M., que nunca serei prejurro, que nunca lhe serei falso, e que elles farão essa loucura, mas será depois de eu, e todos os Portuguezes estarão feitos em postas: é o que juro a V. M. escrevendo n'esta com o meu sangue estas palavras: Juro sempre ser fiel a V. M. e á Nação e á Constituição Portugueza.....

He desgraçadamente o que se me me offerece participar a V. M.

Deus guarde etc.

PEDRO.

Rio—Fevereiro 12 de 1822.

Meu Pae e Meu Senhor.—Cansado de aturar desaforos á Divisão Auxiliadora, e faltas de palavras, assim como a de no dia 5 d'este, me prometterem de ficarem embarcados no dia 8; fui no dia 9 a bordo da *União*, e mandei um official dizer da minha parte á Divisão que eu determinava que no dia 10 ao romper do sol ella começaria a embarcar, e que assim o não fazendo eu lhe não dava Quartel e os reputava inimigos; a resposta foi virem todos os Commandantes a bordo representar inconvenientes e representarem com bastante soberba; respondi-lhe: *Já Ordenei, e se não executarem amanhã, começo-lhe a fazer fogo*: elles partiram, e com effeito fazendo n'elles maior effeito o medo do que a honra que elles dizem ter, começaram a embarcar no dia que lhe determinei, e hontem ás 3 e meia da tarde já estavam a bordo dos Navios, mancos, como uns cordeiros, e ordenei que nos dias 14 ou 15 saíssem barra fóra acompanhados das duas *Corvetas Liberal* e *Maria da Gloria* que es hão-de acompanhar só-

mente até ao cabo de St. Agostinho, ou pouco mais adiante.

Deus guarde, etc.

PEDRO.

Em 15 de julho de 1824 escrevia o sr. D. Pedro a seu pae, nos seguintes termos:

«Vossa Magestade já quanto antes deve reconhecer a independencia do Brazil: posso assim falar, pois de Portugal já disse a Vossa Magestade *não queria nada*.

«O reconhecimento será feito ou mais tarde ou mais cedo; pois os brasileiros e eu seu imperador não mudaremos de tenção, e antes morreremos com a espada na mão, uma vez que *juramos independencia ou morte*.

«Eu como Imperador e Vossa Magestade como Rei estamos em guerra: devemos sustentar os direitos das nações independentes de que somos chefes.»

Quando foi posto fóra do Brazil, estando já a bordo da nau *Warspits* escreveu a seu filho o sr. D. Pedro II a seguinte carta:

12 de abril de 1831.

Meu querido Filho e meu Imperador, muito lhe agradeço a carta que me escreveu, eu mal a pude ler, porque as lagrimas eram tantas que me impediam a ver; agora que me acho apezar de tudo um pouco mais descansado, faço esta para lhe agradecer a sua, e para certificar-lhe que emquanto vida tiver as saudades jámais se extinguirão em meu dilacerado coração.

«Deixo filhos, patria e amigos, não pôde haver maior gloria (?). Lembre-se sempre de seu pae ame a sua e minha patria, siga os

conselhos que lhe derem aquelles que cuidarem na sua educação, e conte que o mundo o ha-de admirar, e que eu me hei-de encher de ufania por ter um filho digno da patria.

«Eu me retiro para a Europa; assim é necessario para que o Brazil socegue o que Deus permitta, e possa para o futuro chegar áquelle grau de prosperidade de que é capaz.

«Adeus meu amado filho, receba a benção de Seu pae, que se retira Saudoso e sem mais Esperanças de o ver.

«D. PEDRO DE ALCANTARA.»

V

ACTO DE ABDICAÇÃO

D. Pedro, por graça de Deus, Rei de Portugal e dos Algarves, d'aquem e d'alem mar em Africa, Senhor de Guiné, da conquista, navegação e commercio da Ethiopia, Arabia, Persia e da India, etc.

Faço saber a todos os meus subditos portuguezes que, sendo incompativel com os interesses do imperio do Brazil e os do reino de Portugal, que Eu continue a ser rei de Portugal, Algarve e seus dominios; e querendo felicitar os ditos reinos quanto em mim couber: Hei por bem de meu motu-proprio e livre vontade abdicar e ceder de todos os indispensaveis e inaufereveis direitos que tenho á corôa da monarchia portugueza, e soberania dos mesmos reinos, na pessoa da minha sobre todas muito amada, prezada e querida filha, a princeza do Grã-Pará, Dona Maria da Gloria, para que ella como sua rainha regente os governe independentes d'este imperio e pela constituição

que eu houve por bem decretar, dar e mandar jurar por minha carta de lei de 29 de abril do corrente anno: E outro-sim sou servido declarar que a dita minha filha, rainha regente de Portugal, não sairá do imperio do Brazil, sem que me conste officialmente que a constituição foi jurada conforme eu ordenei, e sem que os esponsaes do casamento, que pretendo fazer-lhe com o meu muito amado e prezado irmão o infante D. Miguel, estejam feitos, e o casamento concluído; e esta minha abdicação e cessão não se verificará, se faltar qualquer d'estas duas condições.

Pelo que: mando a todas as autoridades, a quem o conhecimento d'esta minha carta de lei pertencer, a façam publicar, para que conste a todos os meus subditos portuguezes esta minha deliberação. A regencia d'esses meus reinos e dominios assim o tenha entendido e a faça imprimir, e publicar do modo mais authentico para que se cumpra inteiramente o que n'ella se contém; e valerá como carta passada pela chancellaria, posto que por ella não ha-de passar, sem embargo da ordenação em contrario, que sómente para este effeito hei por bem derogar, ficando aliás em seu vigor, não obstante a falta de referenda, e mais formalidades do estilo, que egualmente sou servido dispensar. Dada no palacio do Rio de Janeiro aos dois dias do mez de maio do anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil oito centos e vinte seis.—EL-REI com guarda.

VI

No dia 25 de abril de 1828, uma deputação do senado da camara de

Lisboa, foi ao paço da Ajuda pedir ao Senhor Dom Miguel que se declarasse Rei. Aquelle Augusto Senhor dignou-se responder-lhe com o seguinte decreto:

Sendo-Me presente a representação, que em data de hoje fez subir á Minha Augusta Presença o senado de Lisboa, como representante d'esta nobre e sempre leal cidade: Sou Servido responder-lhe que, exigindo a Minha propria dignidade e a honra da Nação Portugueza que objectos tão graves, como o que faz assumpto da referida representação, sejam tratados pelos meios legais, que estabelecem as leis fundamentaes da Monarchia, e não pela maneira tumultuosa, que infelizmente teve logar no anno de 1820; tenho por certo, que o Senado e os honrados Habitantes d'esta Cidade, depois de haverem representado nos termos, que sómente lhes cumpria, darão ao mundo e á posteridade mais uma prova da sua fidelidade, esperando tranquillos em suas casas as ultteriores medidas que só a Mim pertence tomar. Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos 25 de abril de 1828.

INFANTE REGENTE.

VII

Decreto

Tendo-se acrescentado muito mais, em razão dos successos posteriores, a necessidade de convocar os Tres Estados do Reino, já reconhecida por El-Rei Meu Senhor e Pae, que Santa Gloria haja, na Carta de Lei de 4 de junho de 1824, e querendo Eu satisfazer ás urgentes Representações que sobre esta materia teem feito subir á Mi-

nha Real Presença o Clero e a Nobreza, os Tribunaes e todas as Camaras, Sou Servido, conformando-Me com o parecer de pessoas doutas e zelosas do serviço de Deus e do bem da Nação, convocar os ditos Tres Estados do Reino para esta cidade de Lisboa, dentro de trinta dias, contados desde a data das cartas de convocação, afim de que elles, por modo solemne e legal, segundo os usos e estilos d'esta Monarchia, e na fórma praticada em semelhantes occasiões reconheçam a applicação de graves pontos de Direito Portuguez, e por este modo se restituam a concordia e socego publico, e possam tomar assento e boa direcção todos os importantes negocios do Estado. O Meu Conselho de Ministros o tenha assim entendido, execute e faça cumprir.

Palacio de Nossa Senhora da Ajuda aos 3 de maio de 1828.

INFANTE REGENTE.

VIII

ASSENTO DOS TRES ESTADOS DO REINO, JUNTOS EM CORTES NA CIDADE DE LISBOA, FEITO A ONZE DE JULHO DE MIL OITO CENTOS E VINTE E OITO.

Ainda que cada um dos Tres Estados do Reino juntos em cortes, em cumprimento do encargo, que a todos foi dado no discurso de proposição pronunciado no dia 23 de junho do corrente anno, levou á presença de Sua Magestade o auto de assento, em que substanciava as fortes razões, porque reconhecia devolvida por direito á sua augusta pessoa a corôa de Portugal: pareceu com tudo conveniente, e até necessario, e foi em

razão d'isso decretado por Sua Magestade que, além dos autos especiaes, accordassem em um só assento, que comprehendesse todos os seus fundamentos, e occorresse ás duvidas, (que não podem ser senão especiosas) que sobre esta materia haja de suscitar, ou tenha suscitado o interesse, e o espirito de partido; a fim de que acordado, e assignado geralmente pelos membros, de que os Tres Estados se compõem, venha a ser a voz unica da nação inteira, propondo, e mantendo o direito fundamental da successão á corôa, com a singela imparcialidade, e ao mesmo tempo com a firme resolução, proprias de um povo gravemente determinado a não cometer, e a não admitir injustiça.

Nomeando por tanto os Tres Estados uma commissão, composta de igual numero de membros de cada um d'elles, e membros de reconhecidas luzes, e de provada gravidade, e amor da patria; a commissão, depois de se juntar, e conferir de novo sobre ponto de tamanha importancia, deu em fim sua conta; á vista da qual os Tres Estados unanimemente acordaram na fôrma seguinte.

Se as leis do reino haviam excluído o sr. D. Pedro da successão á corôa, pelo menos, desde quinze de novembro de mil oitocentos e vinte e cinco, a corôa portugueza, em dez de março de mil oitocentos e vinte e seis, pertenceu incontestavelmente ao muito alto, e muito poderoso Rei e Senhor nosso, o Senhor Dom Miguel Primeiro, por quanto, sendo os dois principes chamados um depois do outro, excluído legalmente o primogenito, a corôa, por esta exclusão legal, necessariamente foi devol-

vida ao irmão segundo. Em vão se procuraria entre elles outro principe ou princeza com direitos á successão, depois de excluído legalmente o primogenito; porque, não podendo ser senão descendente do sr. D. Pedro, ou se ha-de dizer, o que repugna á razão, e até á noção dos termos, que depois de excluído, possuia direitos á successão, ou se ha-de admitir, o que seria um absurdo igual, e ainda mais manifesto, que elle podia em dez de março transmitir-lhe direitos, que já, pela sua posição, não possuia. Não podia esse principe ou princeza em quanto menor, e em poder de paes estrangeiros deixar de se reputar também estrangeiro para Portugal; mas, dado ainda que assim se não reputasse, nem por isso podéra receber direitos, de que aquelle, por quem unicamente lhe podiam ser transmittidos, já então se achava privado pelas leis.

Eis-aqui o grande, o inconcusso fundamento, com que os Tres Estados reconheceram o seu Legítimo Rei, e Senhor na Augusta Pessoa do Senhor Dom Miguel Primeiro. O seu primogenito fôra legalmente excluído; os descendentes do primogenito, dada a dita exclusão legal, não podiam ter d'elle, e muito menos de outrem, direitos á successão; e as leis chamam indisputavelmente, em tal caso, á successão a segunda linha.

Quem pôde com effeito, entre as pessoas, que tem noticia das leis fundamentaes portuguezas, pôr em duvida que ellas excluem do throno todo o principe estrangeiro, e todo o principe, que se acha politicamente impossibilitado de residir no reino? E quem pôde pôr em duvida que o sr. D. Pedro,

pelo menos desde quiaze de novembro de mil oitocentos e vinte e cinco, se tornou elle mesmo estrangeiro, havendo-se e dando-se por soberano de um estado estranho; e que se impossibilitou de residir em Portugal, não só pelo facto de se constituir soberano d'esse estado estranho, mas tambem pelo de se ligar por juramento com as suas leis, que tão expressa, e resolutamente lh'o prohibem?

Muito recente é a memoria das politicas alterações, e mudanças do Brazil; muito vulgarisada anda a carta constitucional brasileira por toda a Europa; e qualquer empenho dos Tres Estados para provar a existencia de leis, e successos tão notorios, seria superfluo, e até reparavel. Quanto mais, que deve ser permittido a verdadeiros portuguezes, que se poupem á dôr de tocar feridas tão frescas da triste patria, e á magoada recordação de seus dons, e finezas, ou olhadas com feia indifferença, ou de proposito mal correspondidas.

Porém ás pessoas estranhas, que desconhecem as leis fundamentaes portuguezas, e mesmo a certos naturaes, que talvez affectam esquecer-se d'ellas, os Tres Estados allegam, ou lembram a resolução litteral, e clarissima das côrtes de Lamego por aquellas palavras.— Não venha o reino a estrangeiros..... não queremos que o reino em tempo algum passe a estrangeiros, — cujo sentido é tão desembaraçado, e corrente, que tornaria escusado, e mesmo inepto, qualquer commentario. Allegam tambem, ou lembram o pedido (indubitavelmente outorgado) dos Tres Estados em mil seiscentos e quarenta e um, e particularmente da

nobreza; insigne monumento, sem duvida, da lealdade, do zêlo da patria, e do politico acerto de nossos avós. E advirta-se que não é de inferir do dito pedido que houvesse então duvida sobre a decisão das côrtes de Lamego a este respeito; antes esta decisão servia continuamente de argumento, com que as pertenções castelhanas se rebatiam, e como tal se acha deduzido no fundamento quinto do famoso assento feito nas côrtes do dito anno. Não se procurava n'aquelle pedido uma innovação no tocante á exclusão de estrangeiros; pertendia-se sim repetir, reforçar, tornar superior ainda ás duvidas mais cerebrinas dos interessados a legislação já conhecida, e sempre seguida; salvo no caso depender sobre as fronteiras um exercito formidavel, e de forçar pelo seu terror o aresto de juizes pusillanimes.

Seguida foi por certo, como se vê na desaffecteda relação d'estes successos memoraveis, na controversia, que se levantou por fallecimento d'el-rei D. Fernando, em que D. Beatriz, que se achava nas mesmas circumstancias do sr. D. Pedro, soffreu, quanto á real successão, a mesma repulsa. D. Beatriz nasceu em Portugal, era filha primogenita, e unica do antecedente monarcha, e foi com tudo excluida do throno. Que motivo a excluiu? A razão do sexo? Mas succedem as mulheres á corôa nas Hespanhas. Os escrupulos sobre o casamento da rainha D. Leonor? Mas estes escrupulos, como é patente da historia, só tomaram algum corpo, e vulto nas côrtes de Coimbra. Entrar com armas em Portugal? Mas a entrada com armas foi já provocada pela resis-

tencia. Na qualidade de estrangeira esteve claramente o motivo, e o fundamento da resistencia. Aqui tocava sim, posto que o não apontem os allegados publicos do tempo, a repugnancia, e a resistencia dos povos. Conheciam o direito portuguez; o nome de rei natural, isto é, que nasceu, e vive entre os mesmos, sobre que reina, tinha o devido prego no conceito d'aquelles verdadeiros amadores da patria; a sua generosidade recusava-se com horror ao perigo de estranha dominação; e os mechanicos de Lisboa e Santarem, como os representa o singelo chronista d'aquella idade, mostráram mais pundonor, e acerto nas suas resoluções, do que alguns sabios presumidos do seculo decimo nono.

Mas era, dizem, desnaturalizado de Portugal o conde de Bolonha, e reinou em Portugal. Porém o conde de Bolonha não reinou por successão, reinou extraordinariamente por eleição: foram procural-o a França os magnates d'este reino; a auctoridade pontificia corroborou a escolha; passando immediatamente para Portugal, recobrou a naturalidade; não tomou o titulo de rei senão depois que, como por dispensa, foi para isso habilitado pelos estados, sendo muito para notar que não havia então no reino outra pessoa da familia real, pois que o infante D. Fernando era casado em Castella, e a infanta D. Leonor era casada em paiz ainda mais remoto; por fórma que as leis não se violáram com o conde de Bolonha, mas procurou-se n'elle um remedio extraordinario ás necessidades urgentissimas do reino, seguindo-se sempre, com a possível pontualidade, o espirito das leis e dos estilos nacionaes.

Tamanhos são, e tão obvios os inconvenientes, e, para dizer melhor, os damnos de um rei estrangeiro, ou elle o seja por nascimento, ou por escolha, que não era possível que escapassem á sabedoria dos nossos legisladores, e ao instincto, para o dizer assim, de toda a nação; d'onde procedeu que nem nos faltassem leis discretas, e expressas para se acautelarem, nem deixassem, em todos os casos, de corresponder a estas leis o conceito, e a determinação dos povos. Na verdade sendo o rei estrangeiro por nascimento, ainda que subindo ao throno se tornasse cidadão, os vinculos do sangue faltavam, e com elles deviam faltar os da reciproca confiança, e do amor; faltava a perfeita noticia das propensões, dos costumes, e dos verdadeiros interesses dos povos, e com ella um dos mais importantes meios de os reger com justiça, e acerto; se o rei, sem embargo de ter nascido no reino, fosse assentar a sua residencia em diverso estado, eis aqui o reino entregue a vice-reis, ou a tenentes; eis-aqui os seus proveitos esquecidos, e pela maior parte sacrificados aos do povo, que se preferira para a residencia; e eis-aqui de um lado o descontentamento, e os seus tristes, e ruinosos effeitos, e do outro cautelas astutas, e oppressão, que cedo degenerára em tyrannia.

Tiveram, por tanto, as leis por titulos adequados de exclusão da corôa, assim a falta de naturalidade, como a impossibilidade de residencia no reino. Affonso terceiro não governou Portugal desde Bolonha, e os portuguezes seus contemporaneos nem se quer sonharam, que se pudesse ajuntar governo de Portugal com ausencia

perpetua, e moralmente invencível de Portugal. E' certo que esta monstruosidade politica teve logar com a intrusão dos reis de Castella; mas a ausencia dos reis de Castella não prova mais contra as leis portuguezas de residencia, do que a sua falta de naturalidade prova contra as leis de exclusão de estrangeiros. E' com tudo de advertir, não só que, tanto que o oppressivo jugo foi sacudido pela gentileza de nossos maiores, foi logo repetida nas côrtes de mil seiscentos e quarenta e um, a lei que excluia os impossibilitados de residirem, mas tambem que a nobreza do reino, mesmo no seu capitulo segundo das côrtes de Thomar, se animou a pedir que el-rei residisse entre nós o mais tempo que lhe fosse possível, e que Filippe se viu obrigado a responder pelas seguintes palavras:—Eu procurarei de vos satisfazer.—E quanto deviam estar persuadidos os portuguezes da necessidade, quer de facto, quer de direito, da residencia d'el-rei dentro do reino, que nem as negociações, nem o terror embargáram a voz da nobreza para fazer desde mil quinhentos e oitenta e um este pedido; nem um rei tão poderoso, e tão voluntario se atreveu a dar-lhe resposta menos adequada!

As leis pois assim claras, assim precatadas contra todos os riscos, ou de estranha dominação, ou de muito graves inconvenientes no regimento interior; a opinião nacional declarada nas diversas epochas e nos varios successos da nossa historia; a razão intrinseca, e cabal de uma, e outra cousa; excluíram do direito de successão á corôa portugueza o primogenito actual da excelsa Familia de Bragança e

na sua pessoa, como é em direito obviamente reconhecido, todos os seus descendentes. Estrangeiro por escolha, e preferencia propria, estrangeiro por tratados; as leis de Lisboa o excluíram coherentes com as de Lamego: sem residencia presente, futura, e moralmente possível no reino, foi igualmente excluído pela carta patente de mil seiscentos e quarenta e dois. E como era força, que a exclusão principiasse no mesmo ponto, em que os seus motivos, ou fundamentos essenciaes; se a razão de estrangeiro, e a moral impossibilidade de residencia foram anteriores, como na verdade fôram, a dez de março de mil oitocentos e vinte e seis, n'este notavel dia, a morte roubou a Portugal um reverenciado monarcha; mas as leis, com todos os portuguezes, que as respeitam, e amam, devolveram ao segundo filho a successão á corôa, de que ellas mesmas haviam excluído tão justamente o primeiro.

Não fugiu ao Tres Estados do Reino, que a exclusão do sr. D. Pedro tinha ainda outro muito attendivel fundamento.

A citada carta patente outorgou o pedido — que o mais velho dos filhos varões, quando o rei possuisse dois distinctos senhorios, succedesse no maior, e o menor coubesse ao segundo;—e é innegavel que o ultimo rei, erigido o Brazil em reino, possuiu dois senhorios distinctos, posto que não separados; e que, separados pela lei de novembro de mil oitocentos vinte e cinco, os possuiu pontualmente na condição em que a carta patente os suppõe, ou os considera. Pretender que para estar no caso indicado os devia o ultimo rei possuir separados por dilatado tempo,

e possuir por herança, e não de outro modo; é uma insistência na letra, ou casca grosseira, da lei, com agravo manifesto do seu espirito, e indigna de uma causa, que deve ser tractada com franqueza, e com gravidade: pretender que o pedido dos povos, com a outorga do legitimo principe, não constitue verdadeira lei; ou é uma tergiversação, a que só costuma recorrer a franqueza, ou uma cabal ignorancia do que são substancialmente as nossas leis feitas em côrtes.

Assim é que os povos então pediram que se lhes dêsse a forma extrinseca das outras leis, e com ellas se incorporasse na ordenação; mas quando assim o pediram não olhavam para a essência da lei, olhavam, e elles mesmos o declaram, para a sua notoriedade, e para o acrescimo de respeito, e de força, que vem ás leis da sua formalidade exterior.

Os Estados, com tudo não duvidam pôr de parte este fundamento, que com ser, como certamente é, muito ponderoso, não reputam necessario.

Tambem lhes não fugiram armas civis, violação affrontosa das leis patrias, arrogações de auctoridade exorbitante, e antes despotica: em summa, não se esqueceram da veneravel patria, ou atacada com furor hostil, ou desattendida, e insultada nos seus direitos, e na sua dignidade.

Mas tem repugnancia, como já se disse, a tocar em feridas ainda mal cerradas, muito mimosas; e entregam o desaggravo da patria offendida e ultrajada á justiça da Divina Providencia, e além d'isso á confusão dos proprios culpados, e á censura severa do mundo contemporaneo, e da posteridade.

A' vista de razões de tamanho peso, confiam justamente os Tres Estados, que ao seu accôrdo sobre a exclusão do sr. D. Pedro, e o devolvimento da corôa de Portugal a seu Augusto Irmão, não pôdem fazer-se objecções, que passem de meramente especiosas. Mas como alguém poderia julgar que era receio, o que não seria senão desprezo, resolveram encontrar essas mesmas objecções especiosas; e fazer ver ainda aos menos profundos, que não são mais do que phantasmas, de que o interesse, e o partido tem lançado mão, em falta de melhor.

O sr. D. Pedro é primogenito. E quem o nega?

Concede-se facilmente, que teve os direitos da primogenitura; os quaes, a não os perder antes de dez de março, seriam prompta e constantemente reconhecidos.

Sem embargo do amor, que tem merecido aos povos o nosso Augusto Rei, e que os povos ha muito lhe têm consagrado, a nação portugueza não é a que faz da justiça sacrificio ás suas paixões, e mesmo ás suas paixões honestas.

O nosso monarcha seria o primeiro a repugnar ás tentativas dos povos, se elles, por impossivel, quizessem attribuir-lhe um direito roubado a outrem.

E' plenamente provada, e notoria a moderação do seu animo real.

Porém os direitos da primogenitura não se pôdem, como quaesquer outros, alienar e perder?

Pôdem por certo; e fica mostrado bem claramente, que o sr. D. Pedro os tinha perdido antes de dez de março de mil oitocentos e vinte e seis.

São cousas bem diversas des-

prezar, e violar o direito, que ainda se reconhece, ou reconhecer que um direito se perdeu; e esta ultima é a que Portugal, sem sombra de injuria, (de que está muito longe) tem praticado a respeito do sr. D. Pedro.

Como então o teve por seu rei logo em março de mil oitocentos e vinte e seis?

Como accitou, jurou e deu á execução a carta de vinte e nove de abril?

Como o manteve na posse, governando-se o reino em seu nome, e segundo a lei que elle dera, até maio, ou abril de mil oitocentos e vinte e oito?

A resposta é facil.

Do mesmo modo por que teve por seus reis tres Filippes de Castella, e se conservou na sua sujeição por sessenta annos.

Chegou-se ao mesmo termo, por caminhos em parte diversos.

Os Tres Estados quereriam dispensar-se de descer ás astucias baixas, aos criminosos arbitrios, aos occultos, e iníquos meios, de que se valeu uma facção para perder o reino, presumindo, com discurso bem pouco acertado, que acharia na ruina geral a sua propria elevação.

Mas assim é necessario para defender a honra da patria; e todas as considerações devem ceder em presença d'este sagrado motivo.

Não se postou nas fronteiras portuguezas um bem disciplinado exercito ás ordens de um famoso general: mas talvez não faltou ouro, nem faltaram promessas; e laborou, de certo, a negociação ardilosa de D. Christovão de Moura, alliciando uns, adormecendo eutros, hallucinando com razões apparentes, e com expressões equivocas, e

até mesmo allegando falsamente com o concurso, e interposição de grandes potencias.

A boa fé, inseparavel de animos verdadeiramente reaes, foi surpreendida; foi embargada a sincera voz de um sabio e zeloso conselho; o esforço contrario de alguns honrados foi tornado vão por maquinações e expedientes desleaes; e renovou-se a seu modo a sentença de Ayamonte.

Que faria n'este caso a triste nação portugueza?

O legitimo herdeiro posto, por antecipação, a quatrocentas leguas do reino, mal podia dirigir-nos.

Os Tres Estados, a quem competia pugnar pelas nossas liberdades, não se convocaram.

Os povos, sem conductor, sem um ponto legal de reunião, não podiam senão fluctuar em anciedade, e incerteza.

Os bons portuguezes sim se lamentavam em segredo; e alguns mais determinados foram protestar para lá das fronteiras: mas prevaleceu a obra de escandalo, e o reino foi arrastado, foi forçado a submeter-se ao jugo, e abonará tudo isto melhor os direitos do sr. D. Pedro, do que os successos de mil e quinhentos e oitenta abonaram os direitos do rei de Castella?

Os Tres Estados olham para a religião do juramento com o profundo respeito, que se deve ao soberano Senhor, que é n'elle invocado, e que requer a sua gravissima importancia no governo das sociedades humanas.

Lastimam-se bem sinceramente de o ver nos nossos tempos substituido, e por isso mesmo desprezado, com tão sacrilega irreverencia para com a Magestade Divi-

na, e com tão enorme prejuizo dos homens e das republicas.

Não pôdem contudo conceder, que deixe de ser irritó ou nullo, quando recae sobre materia illicita, quando é extorquido pela violencia, quando da sua observancia resultaria necessariamente violação de direitos das pessoas, e dos povos, e sobre tudo a completa ruina de nações.

E tal foi o juramento, a que allu de esta objecção.

Guardal o não importaria menos que arrancar a vida da patria; e nenhuma religião do juramento pôde obrigar ao parricidio da patria.

Porém se os portuguezes receberam por violencia, e soffreram com repugnancia um jugo que aborreciam, não foi violentado ou coacto o Senhor Dom Miguel para fazer em paizes estranhos declarações de não ter direito á corôa de Portugal, e promessas de vir governar o reino como regente, e em nome de seu irmão. Fazer declarações, e promessas em paizes estranhos!! Porque? E para que?...

Parece aos Tres Estados, que só com estas interrogações se confunde tão valente objecção.

Esperam que não hão-de achar resposta; mas se contra o que esperam lhes fôr dada, Portugal romperá o silencio, a que agora obriga os seus representantes o respeito devido a illustres nações.

Acrescentam todavia: embora o Senhor Dom Miguel quizesse cortar pelos interesses proprios, por não se empenhar em disputas, que poderiam, ainda que injustamente, ser notadas de ambição; embora guardasse moderação muito subida; a sua moderação podia aniquillar os seus direitos? Tel-os ou não por anniquilados em virtude da sua

moderação, não tocava á nação portugueza, e só á nação portugueza?

Allega-se a lei de quinze de novembro de mil oitocentos e vinte e cinco, em que Sua Magestade o Senhor Dom João VI, que Deus haja em gloria, trata o sr. D. Pedro de Alcantara de principe real de Portugal e Algarves, e de herdeiro e successor d'estes reinos, ao mesmo passo que decreta a separação entre Portugal e o Brazil. Mas que isto fosse uma declaração directa, e positiva da continuação dos direitos do sr. D. Pedro, não pôde admittir-se; porque claramente é um sentido importuno, sendo o objecto essencial da lei muito alheio: e se foi meramente, como os Tres Estados tem por mais provavel, ou conformidade com o uso, indifferente na parte narrativa, ou uma repetição menos advertida das antigas formulas, que escapou ao compositor, nada prova contra, ou a favor da nossa questão.

Se porém disserem, que nem é declaração positiva, nem foi uso indifferente ou mero lapso do compositor, mas sim uma insinuação cautelosa com que o legislador quiz apoiar os direitos do sr. D. Pedro que pela legal separação via que ficavam, no conceito do mundo, mal seguros, offerecem-se logo tres respostas: primeira, que esse mesmo reconhecimento da vacillação, em que ficavam os direitos do sr. D. Pedro, sem lhe ser a elle favoravel, fortalecia os de seu irmão; segunda, que não pode ser verdade que o Senhor Dom João Sexto quizesse sacrificar os direitos de um principe á grandeza de outro; nem é crível que quizesse resolver um ponto de tamanha importancia, sem o concurso dos tres estados do reino, que, tão judiciousa

como amplamente, acabava de declarar indispensavel, em materias do direito fundamental, na lei gravissima de quatro de junho de mil oitocentos e vinte e quatro: terceira, que se tal fosse, por impossivel, a vontade do legislador, não podiam condescender com ella, nem condescendem os tres estados.

Tudo o que sem o consentimento dos Tres Estados, ao menos legitima, clara, e facilmente inferido, se dispozer, e praticar, quanto ao direito fundamental, e especialmente quanto ao direito de successão á corôa, é não só abusivo e illicito, mas tambem invalido e nenhum: asserção, que os Tres Estados não tiram do publicista Wattel, mas sim do direito, ou antes da razão universal; e em que se conformam com o que já disseram os nossos maiores, tambem juntos em côrtes, em mil seiscentos quarenta e um.

E presuppõdo (diz o assento feito em côrtes no dito anno) por cousa certa em direito, que ao reino sómente compete julgar e declarar a legitima successão do mesmo reino.

Impugnam por ultimo, ou pretendem impugnar, os direitos d'El-Rei Nosso Senhor, e os da nação portugueza, advertindo-nos de que o reconhecimento, que os soberanos da Europa fizeram ao sr. D. Pedro, como rei de Portugal, fôra de direito, e não de facto.

Devem, e querem abster-se aqui os Tres Estados, de toda a resposta menos circumspecta, de que poderia offender-se o respeito devido aos soberanos, e a gravidade propria.

Como porém o mesmo respeito devido aos soberanos pede que se dê alguma, os Tres Estados a dão como se segue.

Elles sabem que a facção turbulenta, e temeraria, com as palavras cavilosamente empregadas, *leis antigas, natural, filho primogenito*, enleou, e allucinou as potencias europeas, que, adherindo discretamente ao seu nobre systema de legitimidade, reconheceram, e quizeram, sem o perceberem, corroborar por seu reconhecimento o mais enorme desvio das leis, o mais arrojado insulto, que se fez até agora aos grandes, e respeitaveis principios da legitimidade. Mas n'isto não vêem outra cousa, senão um engano feito ás potencias, ou mais um crime de facciosos, que se não poupam a crimes. E poderá um engano das potencias, ou para melhor, um crime de mais nos facciosos, prejudicar aos direitos de El-Rei, e aos nossos? Se as potencias europeas se dignassem de responder a esta pergunta, certamente responderiam que não.

O que resta pois, é pedir ás potencias, e esperar, como os Tres Estados do Reino confiadamente esperam da sua sabedoria, e justiça notorias, que sobre os negocios internos de Portugal, e particularmente no que toca ás suas leis fundamentais, e ao seu direito de successão á corôa, escutem o testemunho solemne da nação portugueza, de preferencia aos sophismas, ou insinuações aleivosas de uma facção: na certeza de que por este modo não hesitarão, no tocante aos pretendidos direitos do sr. D. Pedro á corôa d'este reino, em reformar quanto antes o seu juizo.

O que tudo bem attendido, e gravemente ponderado, os Tres Estados do reino, achando que leis clarissimas, e terminantes excluíram da corôa portugueza, antes do dia 10 de março de mil oi-

tocentos e vinte e seis, o sr. D. Pedro e seus descendentes, e por isso mesmo chamáram, na pessoa do Senhor Dom Miguel, a segunda linha; e que tudo o que se allega, ou pôde allegar em contrario, é de nenhum momento: reconheceram unanimemente, e declararam em seus assentos especiaes, e n'este geral reconhecem, e declaram que a El-Rei Nosso Senhor, o Senhor Dom Miguel primeiro do nome, pertenceu a dita corôa portugueza, desde o dia 10 de março de mil oitocentos vinte e seis: e que portanto se deve reputar, e declarar nullo o que o sr. D. Pedro, na qualidade de rei de Portugal, que não lhe competia, praticou e decretou; e nomeadamente a chamada carta constitucional da monarchia portugueza, datada de vinte e nove de abril do dito anno de mil oitocentos vinte e seis.

E para constar se lavrou esse auto, que todas as pessoas, que ora assistem em côrtes pelos Tres Estados do Reino, assignaram. Escrepto em Lisboa aos onze do mez de julho de mil oitocentos e vinte e oito annos.

Patrício, Cardeal Patriarcha=
Frei Joaquim, bispo de Coimbra,
conde de Arganil=Joaquim, bispo
de Castello Branco=Francisco,
bispo de Vizeu=Antonio, bispo de
Bugia, Suffraganeo, e vigario capitular
d'Evora=Frei Manuel, bispo
Deão=Francisco, bispo de Vizeu,
como procurador do bispo de
Leiria=Principal decano=Principal
Silva=Principal Menezes=
Principal Lencastre=Principal Camara=
Como procurador do principal Côrte Real,
principal Menezes=Principal Furtado=
Doutor frei José Doutel, D. Abbade Geral
Escoler Mór=Manuel, prior mór de

Aviz=José, prior mór de Palmella=
Antonio Pinheiro de Azevedo e Silva,
vice-reitor da Universidade=D. André da
Conceição, substituto geral da congregação
dos conegos regulares de Santa Cruz
de Coimbra.

BRAÇO DA NOBREZA

Duque do Cadaval=Duque de
Lafões=Marquez do Lourçal=
Marquez mordomo-mór=Marquez
de Tancos=Marquez de Pombal
=Marquez monteiro-mór=Como
procurador do marquez de Penalva,
conde do Redondo=Marquez
de Vagos=Marquez de Sabugosa
=Marquez de Vianna, e como
procurador do marquez de Bellas,
marquez de Vianna=Marquez de
Vallada=Conde de Povolide=
Conde de Ceia=Por meu irmão D.
Jayme Caetano Alvares Pereira
de Mello, duque de Lafões=Conde
de Cintra=Conde de São Miguel=
Conde de Porto Santo=Conde
dos Arcos=Conde de Penafiel=
Como tutor de meu sobrinho o
conde de Valladares, marquez
mordomo-mór=Pelo conde
de Carvalhaes, duque de Lafões
=Como procurador do conde de
São Lourenço, marquez de Sabugosa=
Conde do Rio Pardo=Conde
de Murça=Conde porteiro-mór
=Como procurador do conde de
Mesquitella e do conde de Sampaio
Antonio, visconde da Bahia=Por
mim e como procurador do conde
da Povoas, conde de Peniche=Por
mim e como procurador de meu
sogro, conde da Louzã D. Diogo
=Como procurador dos condes da
Figueira, e conde de Pambeiro,
marquez de Vianna=Conde de
Anadia=Conde de Castro Marim
=Conde das Galvêas=Conde de

Barbacena Francisco=Como procurador de seu pae o conde de Barbacena, conde de Barbacena Francisco=Conde da Lapa=Como procurador do conde de Rio Maior, marquez de Pombal=Conde de São Vicente=Como procurador do conde de Bobadella, marquez de Tancos=Conde de Vianna=Conde Barão de Alvito, por si, e como procurador de seu sogro o marquez de Alvito, conde barão de Alvito=Conde de Almada=Conde da Ega=Conde de Behnonte=Como procurador do conde de Camarido, barão de Sande=Conde do Redondo e como procurador do conde de Soure, conde do Redondo=Conde d'Atalaia=Conde d'Alhandra=Conde da Redinha=Visconde da Bahia, por mim, e como procurador do visconde da Bahia, João=Visconde de Juromenha João, e como procurador de seu pae o visconde de Juromenha=Visconde de Santarem=Visconde de Azurara=Visconde de Magé=Visconde de Porto Covo de Bandeira=Visconde de Manique do Intendente=Visconde d'Estremoz=Barão da Villa da Praia=Como procurador do visconde de Villa Nova da Rainha, Antonio José Guião=Barão de Sande, por si, e como procurador pelos barões de Villa Franca, de Queluz e de Quintella=Barão d'Albufeira=Barão do Zambujal=Por procuração do barão de Beduido, visconde de Porto Covo de Bandeira=D. José Francisco de Lencastre=O conselheiro Manuel José Sarmento=O conselheiro Joaquim José Monteiro Torres=O chanceller mór do reino Antonio Gomes Ribeiro=O chanceller da casa da supplicação João de Mattos e Vasconcellos Barbosa de Magalhães=O conselheiro

intendente geral da policia José Barata Freire de Lima=D. Francisco de Mello Manuel da Camara=Francisco Peixoto Pinto Coelho=O conselheiro João Manuel Placido de Moraes=O conselheiro Manuel José Maria da Costa e Sá, e como procurador do conselheiro d'Estado Ignacio da Costa Quintella, Manuel José Maria da Costa e Sá=O desembargador do paço honorario juiz da corôa e fazenda, Victorino José Cerveira Botelho do Amaral=O conselheiro doutor José Joaquim da Cruz e Carvalho, por si, e como procurador do conselheiro Antonio Pedro d'Alcantara Sá Lopes=O conselheiro vereador do senado João José Mascarenhas de Azevedo e Silva=Joaquim José Ferreira Cardoso da Costa Castello, senhor da villa de Serem, alcaide mór de Cêa=Marcos Caetano d'Abreu Menezes, do conselho de sua magestade=O conselheiro da fazenda Antonio Xavier de Moraes Teixeira Homem, por si, e como procurador do barão do Sobral, e do conselheiro Antonio Avellino Serrão Diniz=José Anselmo Correia Henriques=João de Carvalho Martens da Silva Ferrão, do conselho de sua magestade e desembargador do paço=O desembargador do paço Lucas da Silva Azeredo Coutinho, procurador da Corôa=O conselheiro desembargador do paço José Pedro da Costa Ribeiro Teixeira=O conselheiro da fazenda José de Mello Freire=O conselheiro do conselho da real fazenda, e como provedor das capellas do senhor rei D. Affonso quarto, Diogo Vieira de Tovar e Albuquerque=Doutor João de Figueiredo, do conselho de sua magestade, desembargador decano de aggravos, e honorario

do desembargo do paço=Luiz de Paula Furtado de Castro do Rio de Mendonça=O conselheiro Joaquim Estanislão Rodrigues Ganhado=O conselheiro da fazenda Honorário Jeronymo Caetano de Barros Araujo Beça=O conselheiro d'estado Honorário Joaquim Pedro Gomes de Oliveira=O conselheiro vereador do Senado José Ignacio de Mendonça Furtado=O conselheiro do ultramar Manuel Ignacio de Sampaio e Pina=O conselheiro do ultramar doutor João Antonio Rodrigues Ferreira=O conselheiro Carlos Felix Giraldes May=O desembargador do paço José Antonio da Silva Pedrosa=O desembargador do paço Francisco José de Faria Guião, por si, e como procurador do barão de Castello Novo Joaquim=O desembargador do paço Manuel José de Arriaga Brum da Silveira=O desembargador do paço José Joaquim Rodrigues de Bastos=O conselheiro Domingos José Cardoso=O conselheiro e procurador da real fazenda Antonio José Guião=José Maria Sinel de Cordes, alcaide mor da villa de Alvalade=O conselheiro Luiz José de Moraes Carvalho=O conselheiro José Ignacio Pereira de Campos=O conselheiro José Pedro Quintella=O conselheiro Alexandre José Picaluga=José Antonio d'Oliveira Leite de Barros, conselheiro d'estado=Thomaz Antonio de Villanova Portugal, do conselho d'Estado honorario, e como procurador de Manuel Vicente Teixeira de Carvalho, conselheiro d'estado honorario=Joaquim Guilherme da Costa Rosser, do conselho de sua magestade=Antonio Thomaz da Silva Leitão, do conselho de sua magestade=O desembargador do paço Pedro Al-

vares Diniz=Francisco José Vieira, do conselho de sua magestade=José Maria Dantas Pereira, do conselho de sua magestade=José Ribeiro Saraiva, conselheiro da fazenda.

BRACO DOS POVOS

Marquez de Borba, presidente, José Accursio das Neves, procuradores por Lisboa.

Luiz de Macedo Guerreiro Siqueira Reimão, João Barreiros Galvão da Gama, procuradores por a cidade d'Evora.

João Bernardo Pereira Coutinho de Vilhena e Napoles, João da Cunha de Sequeira Brandão, procuradores por Coimbra.

João Farto Franco doutor Francisco Raymundo da Silveira, procuradores por Santarem.

Pedro Manuel Tavares Paes de Sousa, Manuel Christovão Mascarenhas Figueiredo, procuradores por Tavira.

Manuel Pereira Coutinho Vilhena, José de Lemos Mello e Vasconcellos, procuradores por Lamego.

João José de Magalhães Pinto, actual juiz de fóra de Silves, Manuel Raymundo Telles Corte Real, procuradores por Silves.

João Barreiros Galvão da Gama, Luiz de Macedo Guerreiro Siqueira Reimão, procuradores da cidade d'Elyas.

Luiz, bispo de Beja, Francisco de Brito Lobo e Castanheda, procuradores por Beja.

João Pereira da Silva da Fonseca, Gonçalo Barba Alardo de Lencastre e Barros, procuradores por Leiria.

Francisco de Assis da Fonseca, como procurador de João Diogo

de Mascarenhas, pelo seu impedimento, que é procurador de Faro, Fernando José Moreira de Brito Pereira do Carvalho e Vasconcellos, procuradores por Faro.

João Antonio d'Azevedo de Magalhães, Alvaro de Macedo Pestana Coutinho de Vasconcellos, procuradores por Lagos.

João Lobo de Castro Pimentel, Luiz Coutinho d'Albergaria Freire, procuradores por Estremoz.

Valerio Maximo de Brito Fragoso Amado, Francisco Maria de Villas Lobos e Vasconcellos Cogominho Salema Barreto, procuradores por Monte-Moro Novo.

Luiz, prior-mór da Ordem de Christo, Antero José da Maia e Silva, procuradores por Thomar.

Antonio Ferreira de Castro Figueiredo, José Ignacio de Moraes, procuradores por Bragança.

José da Costa e Andrade, João Baptista da Costa, procuradores por Portalegre.

Francisco d'Almeida Freire Corte Real, Francisco Camolino, procuradores por Covilhã.

Joaquim José Maria de Sousa Tavares, procurador por Setubal.

Antonio Colmeiro de Moraes, procurador por Villa Real.

Antonio de Sá Pinto Abreu Soutomaior, João de Sá Pinto Abreu Soutomaior, procuradores por Vianna do Minho.

Alexandre Malheiro de Sousa e Menezes, João Lopes de Calheiros e Menezes, procuradores por Ponte de Lima.

Francisco de Paula Linpo Quaresma, Vicente Ignacio da Rocha Peniz, procuradores por Moura.

Gonçalo Manuel Peixoto, José Pedro Moniz de Figueiredo, procuradores por Alemquer.

Luiz d'Atouguia Sousa Couti-

nho, procurador de Torres Novas. Nicolau Joaquim das Neves Antunes, Policarpo Joaquim de Fontes, procuradores de Cintra.

Viriato Sertorio de Faria Blanc, João Felix dos Santos e Raz, procuradores por Obidos.

Por mim, e como procurador de Francisco de Paula Leite, Manuel José Correia de Freitas e Abreu

Carreiro de Gouvêa, procuradores de Aleacer do Sal.

O vigário da vara Joaquim Miguel d'Oliveira Ferraz, Thomaz Antonio da Costa e Mello, procuradores por Almada.

Marquês de Lavradio Dom Antonio, Dom Prior de Guimarães, procuradores por Torres Vedras.

Francisco d'Assis Salgueiro, Manuel Bernardes Pestana Goulão, procuradores por Villa de Niza.

Barão de Castello Novo, Pedro d'Ordás Caldeira de Valladares, procuradores por Castello Branco.

Francisco Dias Loureiro, José Pereira Cortez de Lobão, procuradores por Serpã.

Luiz Nicolau Faria, Joaquim Anacleto Rozad, Esquivel, procuradores por Mourão.

Antonio Carneiro de Figueiredo Pereira Coutinho de Vilhena Rangel, o coronel José Carneiro Pizarro, procuradores por Villa do Conde.

Barão de Tavarêde, o coronel Antonio da Costa Coutinho Lopes Tavares, procuradores por Trancoso.

Antonio Maria Cardozo da Costa Cabral, procurador por Pinhel, por mim, e pelo ex.^{ma} sr. bispo D.

Manuel da Silveira Gama Castello Branco.

José Melitão de Carvalho, procurador por Arronchea.

Francisco Falcão de Mello e Lima, José Ignacio de Torres Macedo Reydon, procuradores por Aviz.

José Joaquim Freire Pimentel de Avellar, Luiz Antonio Ferreira Bairrão, procuradores por Abrantes.

Sinão José d'Azevedo e Silva Lobo, Sebastião Alexandre da Gama Lobo Pessanha, procuradores por Loulé.

José Barreto Cotta Castellino, procurador por Alter do Chão.

O padre João Feliciano da Palma Maldonado, procurador por Alegrete.

Prior José d'Oliveira Leitão, Antonio de Gouveia da Maia Ozorio, procuradores por Penamacôr.

Fernando de Guadalupe Mouzinho, Ignacio Cardozo de Barros Castel-Branco, procuradores por Castello de Vide.

Manoel de Mendonça Figueira de Azevedo Pinto de Sousa, João Antonio Ribeiro de Sousa Almeida e Vasconcellos, procurador por Castello Rodrigo.

O prior João Estação Mourato, bacharel Joaquim José de Mattos Magalhães, procuradores pela villa de Marvão.

O bacharel Januario José Ferreira Victor dos Reis, o desembargador dos agravos da casa da supplicação José Vicente Caldeira de Casal Ribeiro, procuradores pela villa da Certã.

Francisco Antonio Chichorro da Gama Lobo, procurador por Monforte d'Alemtejo.

João Rebello Paiva Lobato, Joaquim Manoel Namorado, procuradores por Fronteira.

Manoel Sancho Biscaya e Silva, Antonio Vaz Camões de Figueiredo, procuradores pela villa do Crato.

Frei Joaquim José Dias Ramos, procurador por Veiros.

Diego Pereira da Gama, frei D. José Maria Carvajal Vasconcellos Gama, procuradores do Campo Maior.

Felix José Lopes Ramos, procurador por Castro Marim.

Francisco d'Assis da Fonseca, como procurador de Bernardo Thomaz de Gouveia Vasconcellos, procurador de Moncorvo, por impedimento do mesmo.

Pedro Alexandrino Migueis Taurino, Bento Paes de Sande e Castro, procuradores por Palmella.

João Anastacio Frade de Almeida, Ambrozio José Capeto, procuradores de Cabeço de Vide.

José Antunes Ramos Ferreira, Antonio Joaquim da Silva Crespo, procuradores pela villa de Monsanto.

Fernando Pereira de Faria Cotta Falcão, Antonio Nuno da Fonseca, procuradores pela Villa de Coruche.

O capitão-mór Antonio de Mattos Faria e Barboza, Joaquim de Magalhães e Menezes, procuradores por Barcellos.

O beneficiado Pedro Antonio Gonçalves Vaz de Azevedo, o beneficiado Antonio José Machado de Azevedo, procuradores da villa e praça de Caminha.

Jacinto José Palma, procurador de Garvão.

Ignacio José de Vilhena, procurador de Panoias.

José da Silva Athaide da Costa, José Manuel Peixoto de Azevedo Sousa Machado, procuradores de Ourem.

Antonio, arcebispo de Lacedemonia, Candido Rodrigues Alvares de Figueiredo e Lima, procuradores por Villa de Chaves.

Joaquim Romão Gomes Carlos,
Francisco de Paula de Mendonça
Côrte Real, procuradores pela villa
d'Albufeira.

Jacinto José de Sequeira, José
Gonçalves de Sá, procuradores pe-
la villa d'Ourique.

O capitão-mór Manoel José Men-
des de Carvalho, Antonio Joaquim
Farto, procuradores pela villa de
Arrayólos.

José Victorino Duarte Coelho
da Silveira, José Cardoso Moniz
Castello Branco, procuradores pela
villa de Borba.

Ignacio Pedro Rozado Guiao,
Balthazar Cavalleiro Lobo d'Abreu
e Vasconcellos, procuradores pela
villa de Portel.

Diogo da Cunha Sotto Maior,
Antonio Lourenço de Mattos Azam-
bujá, procuradores por Villa Viçosa.

José Fialho Caeiro, Joaquim Ro-
mão Mendes Papança, procurado-
res por Monsaraz.

O padre Joaquim José Rodri-
gues, Antonio Cesar Vieira d'Hor-
ta, procuradores pela villa de Atou-
guia.

Joaquim Manoel de Moraes de
Mesquita Pimentel, e com procu-
ração do meu collega Aires Gue-
des Coutinho Garrido, procurado-
res pela villa de Penella.

Jorge Manoel Lobo Pimentel,
Francisco Eleutherio de Faria Mel-
lo, procuradores por S. Thiago do
Cacem.

Não me propuz a escrever um livro, escrevi alguns artigos para a
Nação, com os defeitos, que de ordinario teem artigos escriptos ao
correr da penna e sempre á pressa para satisfazer as impaciencias do
typographo, que inflexivel pede original.

Pediram-me depois muitas pessoas que os publicasse em um folheto,
eil-os ahi vão; mas não me attrevo a fazel-o, sem pedir indulgencia
ao leitor.

Se Deus me der vida, hei-de escrever um livro, em que a materia
será tractada com mais desenvolvimento e melhor ordem.

D. JORGE EUGENIO DE LÓCIO.

Francisco Joaquim de Castro
Pereira Côrte Real, procurador por
Eixo.

O conselheiro João Manoel Guer-
reiro d'Amorim, procurador por
Villa Nova da Cerveira.

O padre Luiz Antonio da Cruz,
procurador por Vianna do Alem-
tejo.

João Collares d'Andrade, Ve-
nancio Pinto, do Régio Cea Tri-
gueiro, procuradores por Porto de
Moz.

Balthazar de Sousa Botelho de
Vasconcellos, por mim, e como
procurador do desembargador João
Gaudencio Torres, procuradores
da villa do Pombal.

Frei João Maria Alvares Freire
Tavares, Pedro José Limpo Tos-
cano, procuradores por Alvito.

Manoel Ignacio de Mello, Joa-
quim José da Palma, procuradores
pela villa de Mertola.

João Antonio da Fonseca, pro-
curador por Villa Real de Santo
Antonio.

João Gonçalves Figueira Rio,
procurador pela Villa de Lagôa.

Bernardo José de Sousa da Fon-
seca, procurador pela villa de
Freixo d'Espada á Cinta.

Domingos Manoel Annes Con-
tinho, procurador pela villa de
Monte Alegre.

Frei Joaquim de Carvalho, pro-
curador da cidade de Goa.